

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

SAMARA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**NEOLIBERALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERFERÊNCIA
ESTADUNIDENSE NO GOVERNO FHC**

**Santana do Livramento
2019**

SAMARA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**NEOLIBERALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERFERÊNCIA
ESTADUNIDENSE NO GOVERNO FHC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Augusto Lira
Nascimento

Coorientador: Msc. Bernardo Schirmer Muratt

**Santana do Livramento
2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

O48n Oliveira, Samara Teixeira de
Neoliberalismo no Brasil: uma análise crítica da
interferência estadunidense no governo FHC / Samara
Teixeira de Oliveira.
91 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)--
Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS,
2019.
"Orientação: Flávio Augusto Lira Nascimento".

1. Neoliberalismo. 2. Imperialismo. 3. Estados
Unidos. 4. Política Externa Brasileira. 5. FHC. I.
Título

SAMARA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**NEOLIBERALISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERFERÊNCIA
ESTADUNIDENSE NO GOVERNO FHC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Renato José da Costa
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. André da Silva Redivo
(UNIPAMPA)

À minha avó Angelina, a qual faleceu durante
o processo de escrita deste trabalho,
e aos meus pais.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por ter me iluminado e me dado forças para terminar este trabalho.

Aos meus pais e minha irmã por terem me apoiado na decisão de morar sozinha e terem me ajudado emocionalmente e financeiramente quando eu mais precisei, principalmente durante este trabalho. Ao Kevin Claus por ter me apoiado e por ter tornado viável a minha mudança para estudar tão longe de casa. Também, a amiga Isabela Campagnol por estar sempre comigo apesar de toda a distância.

Aos amigos que fiz durante os quatro anos de graduação e que se tornaram minha família de Santana do Livramento e fizeram ser menos difícil pra mim ficar distante da minha família de sangue. Por isso, um agradecimento especial a Daniel Araújo, Luan Augusto, Nicole Fava, Josueh Regino, Vitória Marinelli, Siham Baja, Carolina Barbosa, Kaue Motta, Gabriel Mota, Laise Gallois, Thomas Follmann, André Devechi e João Carlos Mariano.

Além disso, um agradecimento especial aos membros da gestão 2017/2018 do Diretório Acadêmico de Relações Internacionais por terem aceitado ingressar comigo na aventura de participar dessa gestão “estilo Jânio Quadros”, curta, porém, ativa como um furacão. Por isso, obrigada chapa TransformAÇÃO! Também, aos membros do Grupo de Estudos da Eurásia (GEsEU) pelos anos de aprendizado e aos amigos Rodolfo Gabriel, Yan Viera e Túlio Almeida pelas orientações para conseguir realizar esse trabalho.

Agora, um agradecimento especial ao Josueh Regino, pelo maior apoio que uma pessoa poderia receber, por sempre acreditar em mim e pela ajuda emocional que precisei para concluir este trabalho.

Agradeço a todo o corpo docente (substitutos inclusos) da UNIPAMPA campus Santana do Livramento pela qualificação e por conseguirem aplicar o conhecimento de vocês da maneira mais prática possível, sempre nos lembrando de aplicar o que aprendemos no nosso cotidiano. Um agradecimento especial ao meu orientador Flávio Lira por ter sido na verdade mais um parceiro do que professor, desde o primeiro semestre. Agradeço aos técnicos e terceirizados pela colaboração durante todo o processo de graduação, por isso, um agradecimento especial aos funcionários que passam pela Moradia João de Barro, principalmente Maicon, Marcinho, Marcio e Tavinho.

Agradeço ao teórico Karl Marx pelo desenvolvimento do materialismo histórico, que nos permitiu não ficarmos sujeitos a alienação do capital. Por fim e não menos importante, agradeço ao INEP pela aplicação do ENEM, o qual me proporcionou a oportunidade de

estudar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, em que eu pude passar por um processo de desconstrução social e senso crítico que levarei como bagagem para o resto da vida. Sendo assim: Não vai ter corte, vai ter luta! A luta pela ciência continua.

“Antigamente as grandes nações mandavam seus exércitos conquistar territórios e o nome disto era colonização. Hoje, as grandes nações mandam suas multinacionais conquistar mercados e o nome disto é globalização”.

Milton Santos

RESUMO

As teorias referentes ao imperialismo, ganharam força no cenário internacional após os debates teóricos ocorridos durante as décadas de 1960-70 e 80 – conhecidos como condição pós-moderna ou virada linguística – a partir das modificações nos métodos de estudar as ciências. Nesse sentido, ao desenvolver o conceito de acumulação por espoliação em 2003 com seu livro “Novo Imperialismo”, David Harvey mostrou como os Estados e suas elites econômicas conseguiram materializar o neoliberalismo do pensamento econômico para a efetivação de uma política doméstica e externa que pudesse controlar os gastos do Estado de bem-estar social e continuar enriquecendo esses grupos privados que serão apresentados no trabalho como classe transnacional. Para isso, o presente trabalho estabeleceu como questão problema a questão de que se houve interferência estadunidense na formulação de políticas internas e externas no Brasil durante o governo de FHC, sob a hipótese de que esta interferência ocorreu através da abertura econômica consolidada no governo FHC, a partir da introdução das propostas neoliberais que estavam sendo disseminadas no SI pelos Estados Unidos. Desse modo, o objetivo do trabalho é verificar esta interferência e, para concretizar esta pesquisa, o trabalho conta com a metodologia de caráter qualitativo, sob a abordagem do método hipotético-dedutivo, em conjunto com o histórico-descritivo, e com as técnicas de análise de documentação indireta de fontes primárias e secundárias. Com essas ferramentas, pôde-se perceber que a interferência na formulação de políticas brasileiras se deu através da hegemonia estadunidense ao conduzir propostas neoliberais como forma de garantir apoio financeiro ao Estado brasileiro. Ademais, a interferência se apresenta não apenas de caráter estatal, mas também, como algo transnacional ao ser conduzida pelo capital estrangeiro que ultrapassa os limites da soberania estatal.

Palavras-Chave: Neoliberalismo; Imperialismo; Estados Unidos; Política Externa Brasileira; FHC.

ABSTRACT

Imperialism theories gained ardor on the international stage after the theoretical debates that took place during the 1960s-1970s and 1980s – known as the postmodern condition or linguistic turn – with changes in the methods of studying the sciences. In doing so, David Harvey, by developing the concept of accumulation by dispossession, in 2003, with his book "New Imperialism", showed how States and their economic elites were able to materialize neoliberalism of economic thought into the realization of a domestic and foreign policy that could control the Welfare State spending and continue to enrich those private groups that will be presented at work as a transnational class. In an effort to do this, the present work established as a problem the question of whether there was US interference in the formulation of domestic and foreign policies in Brazil during the FHC government under the hypothesis that this interference occurred through the consolidated economic opening in the FHC government, from the introduction of neoliberal proposals that were being disseminated in the International System by the US. Therefore, the objective of this work is to verify this interference and to accomplish this research, the work relies on the qualitative methodology, under the hypothetical-deductive method approach, along with the descriptive-historical, and the techniques of analysis of indirect documentation from primary and secondary sources. Said that, it was possible to notice that the interference in the formulation of Brazilian policies took place through US hegemony by conducting neoliberal proposals as a way of guaranteeing financial support to the Brazilian State. In addition, the interference was not only demonstrated in a state mode, but also as something transnational in that it was conducted by foreign capital that surpasses the limits of state sovereignty.

Keywords: Neoliberalism; Imperialism; The United States; Brazilian Foreign Policy; FHC.

LISTA DE SIGLAS

AL – América Latina

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

BACEN – Banco Central do Brasil

BIRD – Banco Mundial

EUA – Estados Unidos

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

NI – Novo Imperialismo

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PEB – Política Externa Brasileira

SI – Sistema Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO	17
2.1	Debates Teóricos entre Imperialismo e Novo Imperialismo.....	17
2.1.1	Imperialismo de Lênin.....	18
2.1.2	Novo Imperialismo de Harvey	20
2.2	Condição Pós-Moderna nas Ciências Sociais.....	26
2.2.1	Conceito dos Paradigmas	28
2.2.2	Mudança do pensamento econômico liberal para o neoliberal.....	30
2.2.3	Paradigmas da Política Externa Brasileira	34
3	PENSAMENTO NEOLIBERAL	38
3.1	Gênese da interferência estadunidense.....	44
3.2	Consenso de Washington	50
4	FORMAÇÃO DO PARADIGMA NEOLIBERAL NO BRASIL	58
4.1	Análise dos condicionantes internos	61
4.2	Análise dos condicionantes externos	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

1 INTRODUÇÃO

No início do século XX, o fenômeno do capitalismo contemporâneo ou financeiro começou a ser estudado de maneira crítica, e autores como Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Kautski, Nicolai Bukharin e Vladimir Lênin utilizaram a teoria marxista para desenvolver o conceito do Imperialismo como o novo estágio de acumulação capitalista (LEITE, 2014).

Por essa lógica,

atualmente, diversas vertentes do campo marxista (e que se assumem enquanto tal) utilizam o imperialismo em suas análises, seja através do termo neoimperialismo, novo imperialismo, imperialismo tardio, Império, globalização, neoliberalismo, ou, simplesmente, imperialismo (LEITE, 2014, p. 507).

Entretanto, com a virada teórica pós-moderna, realizada a partir da década de 1970, as chamadas teorias do Imperialismo passaram a ser revisadas e incrementadas com os novos aspectos dos meios de acumulação de capital do final do século XX, por autores como Harvey (1989; 2003) e de Dardot e Laval (2009). A partir disso, o trabalho se utilizará dessa revisão teórica que ficou conhecida como o “Novo Imperialismo” (NI) para entender a aplicação do neoliberalismo no Brasil.

Dessa forma, como as teorias do imperialismo se baseiam nas propostas de Marx (1867), o autor David Harvey converte o conceito de acumulação primitiva para a acumulação por espoliação. Para o autor, essa acumulação se baseia na cooptação e na apropriação das ações sociais não capitalistas – como um movimento de fora pra dentro – na tentativa de forjar uma base consensual que estruturará o paradigma que irá reger a ordem mundial. Com isso, entende-se que o neoliberalismo serviu como ferramenta dos Estados Unidos ao tentar manter suas zonas de influência e sobrevivência do sistema capitalista.

Nesse seguimento, o final do século XX que foi marcado pelo fim da Guerra Fria, deixou o Sistema Internacional (SI) ser considerado como “novo” – segundo o conceito de “fim da história” desenvolvido por Fukuyama (1989) – sob a suposta liderança hegemônica dos Estados Unidos (EUA). No Brasil, esse cenário foi marcado pelo início do governo Collor em 1990 e, nesse momento, se iniciava a implementação dos planos neoliberais no país. Assim, a Política Externa Brasileira (PEB) passou a estar de acordo com esse “novo” Sistema Internacional (VIZENTINI, 2003).

Isso significou então, que o país passara a manter linhas diretas de relacionamento com os Estados Unidos. Essa manutenção pôde ser ilustrada pela adoção brasileira das propostas do Consenso de Washington (1989) desenvolvidas pelos Estados Unidos em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma vez que este projeto tinha como um de seus principais objetivos a inserção de políticas econômicas neoliberais na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil (BATISTA, 1994).

Seguindo essa lógica, Itamar Franco, ao concluir o governo de Collor na presidência do Brasil, manteve a posição da Política Externa Brasileira alinhada aos interesses estadunidenses, sob a tentativa de garantir a entrada de capital estrangeiro no país. Por conseguinte, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) também manteve a prioridade das relações com os Estados Unidos, devido aos requisitos das propostas acordadas no Consenso de Washington, em que para conseguir empréstimos com taxas de juros mais favoráveis e a possibilidade de renegociar a dívida externa, era preciso que o Brasil completasse a abertura financeira e comercial iniciada no governo Collor.

Sendo assim, FHC coloca como prioridade da política doméstica e externa as bases na democracia, estabilidade monetária e abertura econômica para conseguir se posicionar no sistema internacional, conforme o modelo neoliberal de inserção. Dito isto, entende-se que a relação de concordância entre os interesses nacionais e as demandas do sistema internacional – conforme a lógica dos jogos de dois níveis de Putnam (2010) – não foi colocada em prática, a partir do momento em que as bases da política brasileira beneficiaram apenas uma classe nacional específica e, de forma simultânea, beneficiaram as classes transnacionais.

Neste trabalho, o conceito de classe transnacional é entendido como “grupos, empresas, corporações e afins que exercem autoridade além das fronteiras nacionais quando alocam recursos no plano Internacional” (GILL; LAW, 2001, p. 170). Por esse motivo, o trabalho busca contribuir para o debate acadêmico das relações internacionais, a partir de uma perspectiva crítica de análise sobre a inserção dos Estados no sistema internacional ao agirem de acordo com o sistema capitalista, sendo este sistema, a estrutura que rege as relações entre esses Estados.

Nesse sentido, o bom entendimento dos conceitos de imperialismo e neoliberalismo, se torna fundamental para entender a posição do Estado brasileiro perante o Sistema Internacional e isso é de grande importância para as áreas de estudo de Política Externa Brasileira. No que tange ao objeto de estudo – o neoliberalismo no Brasil –, partir-se-á de uma análise crítica para realizar um entendimento mais aprofundado e a compreensão de como este fenômeno aconteceu, perante a cooptação e manutenção estadunidense das suas

zonas de influência. Concentrando essas questões à análise, levando em consideração a posição expansionista dos Estados Unidos no Sistema Internacional, o debate eleva-se a um patamar distinto que contribui para um melhor entendimento das relações internacionais.

Dessa forma, segundo Guido Liguori (2003):

Não estamos assistindo ao fim dos Estados Nacionais e sua substituição pelas organizações da ONU e daquelas criadas em Bretton Woods¹, mas sim um novo rearranjo que permite uma nova dominação da superpotência ou “super-Estado” estadunidense (LIGUORI, 2003, p. 174).

Desse modo, esse período de transição começa a mostrar os vícios de um sistema mundo globalizado, isto é, mostra os desgastes da relação de dominação e subordinação entre os Estados do centro e da periferia (WALLERSTEIN, 2001); isso em razão de interferência das instituições privadas e públicas no âmbito doméstico e externo dos Estados, mais conhecidas como a classe transnacional (COX, 1981). Sendo assim, torna-se fundamental entender essa relação de dominação e subordinação para a compreensão da realidade, principalmente a partir da posição do Brasil como um Estado periférico e dependente a partir de uma “vinculação subordinada à globalização” (VIZENTINI, 2003).

Dito isto, considera-se que o governo FHC, ao manter as linhas diretas de relacionamento com os Estados Unidos, manteve também o Brasil nesta posição de dependência. Por isso, levanta-se a hipótese de que houve interferência estadunidense na formação de políticas internas e externas do Brasil a partir da abertura econômica consolidada no governo FHC. Nessa lógica, considera-se, também, que a interferência externa se deu a partir das propostas neoliberais que estavam sendo aplicadas pelos Estados Unidos internamente e, assim, utilizou-se disto na sua política externa para manter sua posição de liderança do sistema capitalista.

No entanto, verifica-se que a interferência externa não foi apenas de caráter estatal, levando em conta a capacidade de influência da classe transnacional de fazer com que os Estados agissem de acordo com o seu interesse e nisto aplicaram a acumulação por espoliação para manter seu *status quo*. Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é verificar se houve interferência estadunidense na formação de políticas brasileiras durante o governo FHC

¹ Esse sistema foi estabelecido em uma Conferência das Nações Unidas em 1944, com o intuito de gerenciar as regras das relações comerciais e financeiras da economia internacional, após a Segunda Guerra Mundial. O seu fim se estabeleceu em 1971, quando os Estados Unidos, unilateralmente, acabaram com a convertibilidade do dólar em ouro. Isso levou efetivamente o Sistema de Bretton Woods a insolvência e tornou o dólar na moeda de reserva padrão para os outros países. Para mais, conferir Eichengreen (2000) “Globalização do Capital: história do sistema financeiro mundial”, Capítulo 4.

a partir das propostas do neoliberalismo aplicadas pela acumulação por espoliação. Para isso, estabeleceram-se três objetivos específicos que consistem em: contextualizar o processo histórico do neoliberalismo no sistema internacional; analisar a disseminação do neoliberalismo por meio da posição dos Estados Unidos; identificar os condicionantes internos (abertura econômica) e externos (redirecionamento da PEB) para a consolidação do neoliberalismo no Brasil.

A fim de cumprir com o objetivo de pesquisa, este trabalho fundamenta-se nos processos históricos de acumulação de capital para desenvolver o objeto de estudo, aplicando o método qualitativo à pesquisa, com base na abordagem hipotético-dedutiva de levantamento de hipóteses como, no caso, a interferência externa nas políticas brasileiras e a verificação de confirmação ou falseamento desta hipótese. Além disso, a abordagem histórico-descritiva está presente na pesquisa pelo estudo histórico e interdisciplinar da economia política do sistema internacional para entender a aplicação do neoliberalismo durante o governo FHC no Brasil. Para a concretização dessa pesquisa, foram utilizadas técnicas da documentação indireta a partir da pesquisa bibliográfica de fontes primárias e secundárias, de arquivos oficiais do governo, artigos científicos e livros referentes à temática, com intuito de conseguir entender o objeto de estudo sob a ótica do novo imperialismo.

De modo a desenvolver as propostas desta metodologia, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo é um embasamento teórico, no qual é abordado o contexto da condição pós-moderna dos estudos científicos em que se permitiu o estudo do imperialismo no campo das Relações Internacionais, classificadas como teorias críticas. Partindo então da análise do imperialismo, o capítulo apresenta um debate teórico entre as teorias de Lênin e de David Harvey, para que se entenda o conceito criado pelo segundo autor de acumulação por espoliação. Para isso, o capítulo segue a análise a partir da divisão de paradigmas estabelecida por Thomas Kuhn (1962) a fim de entender a mudança sistêmica do pensamento econômico liberal para o neoliberal como uma mudança de paradigma ou de ordem mundial e também para compreender os paradigmas da política externa brasileira criada por Bueno e Cervo (2008), mais especificadamente o paradigma neoliberal.

O segundo capítulo já explicita como o pensamento neoliberal se estruturou a partir das instituições Mercado e Estado e como isso refletiu no comportamento do indivíduo na sociedade. Ademais, o capítulo aborda como essa sociedade, através de uma construção mantida por classes específicas, conseguiu enriquecer e manter seu *status* de classe transnacional. Nesse sentido, analisa-se o caso dos Estados Unidos na década de 1970-80

como país *hegemon*² ao aplicar políticas internas inspiradas no pensamento neoliberal e depois utilizar da ascensão das classes altas como um vetor de sua política externa ao manter os interesses domésticos dessas classes, também no plano internacional. Nesse caso, estuda-se o caso dessa manutenção referente à América Latina, particularmente em relação ao Brasil, uma vez que os EUA desenvolveram, em conjunto, com instituições financeiras internacionais, o Consenso de Washington em 1989 como fórum de discussão para exposição de propostas (neoliberais) de soluções para as crises econômicas que esses países passavam naquele momento.

Por fim, o terceiro capítulo analisa a formação de políticas do Brasil durante o governo de FHC, haja vista que foi durante este governo que se terminou o processo iniciado por Collor no início da década de 1990, o de abertura econômica do Brasil em seguimento das propostas (neoliberais) do Consenso de Washington. Nesse sentido, o capítulo é dividido em condicionantes internos e externos para que possa ser exposto como ambos consolidaram as políticas neoliberais no Brasil. Dentre os condicionantes internos, nota-se a presença da abertura do mercado financeiro e das privatizações como fatores de concordância com as propostas neoliberais e, em relação aos condicionantes externos, são apresentados os vetores que a política externa brasileira se baseou naquele momento em coerência as políticas neoliberais. Para isso, foi exibida uma divisão da PEB em aspectos negativos e positivos para que fosse possível identificar a posição do Brasil de acordo com o modelo neoliberal de inserção no Sistema Internacional.

² *Hegemon* no sentido de Estado Hegemônico, conforme o conceito de hegemonia de Gramsci (1971) apresentada por Gill e Law (2007) ao afirmarem que este “refere-se ao domínio de um Estado sobre outros Estados” e que este domínio estabelece uma ordem hegemônica, na qual o consentimento, ao invés da coerção, caracteriza as relações entre os indivíduos na sociedade e assim consequentemente, entre os Estados (GILL; LAW, 2007, p.157).

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para o melhor entendimento deste trabalho, será desenvolvido no presente capítulo a explicação das devidas teorias e conceitos que serão utilizados no decorrer da pesquisa. Como o trabalho será fundamentado pelas teorias críticas das Relações Internacionais (RI), primeiramente se realizará um debate teórico sobre as teorias do imperialismo para ser explanado a partir de que ponto de vista que o objeto de pesquisa – neoliberalismo econômico no Brasil – será analisado.

Sendo assim, o capítulo apresentará as discussões teóricas do final do século XX, tendo em vista que esse período ficou marcado pelo desenvolvimento de novas abordagens das Ciências Sociais com base nos debates da Filosofia da Ciência. Este período ficou conhecido como a “condição pós-moderna” e será apresentado para explicar a mudança do pensamento liberal econômico para o neoliberal.

Dentro disso, será analisado o conceito de Paradigmas de Thomas Kuhn (1962) para entender como o pensamento científico passou a ser compreendido e conseqüentemente o pensamento econômico – mudança do liberal para neoliberal – e as relações internacionais, em que os autores brasileiros, como Cervo e Bueno (2008), vão categorizar a Política Externa Brasileira (PEB) em uma linha de raciocínio dividida por paradigmas, conforme a teoria de Kuhn.

2.1 Debate Teórico entre Imperialismo e Novo Imperialismo

Referente ao debate teórico entre as teorias do imperialismo, no presente capítulo serão contrastadas as teorias de Lênin³ (1917) e de Harvey⁴ (2003), tendo em vista que estes autores desenvolveram uma interpretação econômica para o fenômeno do imperialismo ao analisarem a evolução dos métodos de acumulação de capital e como esta acumulação foi apresentada no Sistema Internacional através do posicionamento de seus principais atores.

³ Político e teórico russo, representante do movimento revolucionário contra o Império Russo, os Bolcheviques, e primeiro líder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

⁴ Geógrafo marxista britânico, formado na Universidade de Cambridge. É professor de Antropologia e Geografia na *City University of New York* (CUNY) e trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana.

2.1.1 Imperialismo de Lênin

Iniciando então o debate teórico a ser analisado, primeiramente, ao entrar nos estudos de Lênin, é preciso lembrar que este autor escreveu a obra “Imperialismo etapa superior do capitalismo” (1917), no início do século XX e foi neste período que se configurava a partilha do mundo (em questões de territórios e de recursos) pelas superpotências mundiais, perante suas extensões coloniais vigentes naquele momento. Sendo assim, Lênin (2011) realiza uma análise marxista⁵ do seu contexto para caracterizar a nova etapa do capitalismo⁶ que ele via se formando através desta partilha do mundo, em conjunto com o crescimento da exportação de capital financeiro.

Dito isto, Lênin (2011) expõe então a questão de que grandes quantidades, seja de territórios, recursos ou de capital, estão sob posse de um pequeno grupo de países (as superpotências do início do século XX: Inglaterra; Alemanha; França e Estados Unidos). Para Lênin (2011), cada um desses países ocupavam uma posição do monopólio⁷ mundial, devido aos trustes, aos cartéis, ao capital financeiro e às relações de credor e devedor. Além disso, disfrutavam até certo ponto, de um monopólio colonial, pois “de 75 milhões de quilômetros quadrados de todas as colônias do mundo, 65 milhões, isto é 86%, estavam concentrados nas mãos de seis potências; 61 milhões, isto é, 81%, estavam concentrados nas mãos de três potências” (LENIN, 2011, p. 243).

Dessa forma, Lênin (2011) fundamenta o argumento de que o capitalismo estava a caminho de um imenso monopólio, devido ao novo comportamento dos meios de acumulação de capital. Esse novo método de acumular capital, partiu de uma transição do capitalismo mercantil para um capitalismo financeiro, do qual os países passaram a viver da “ociosidade”, ou seja, os países emprestavam capital para suas colônias e garantiam seus lucros através do pagamento destas dívidas, sem precisar investir tanto no setor industrial, que era visivelmente mais dispendioso. Pois,

apesar do aumento absoluto da produção e da exportação industriais, cresce a importância relativa para toda a economia nacional das receitas procedentes dos juros e dividendos, das emissões, das comissões e da especulação. Em minha

⁵ Análise marxista no sentido de se utilizar do método do materialismo histórico de Karl Marx. Para mais informações, conferir Marx “O capital”, volume 1 (1867) ou Harvey “Para entender o capital” (2013).

⁶ Considera-se por capitalismo um sistema social e histórico que vem da palavra capital. Essa palavra, por sua vez, significa riqueza acumulada (força de trabalho; bens; máquinas; entre outros). A partir disso, entende-se que no sistema capitalista o objetivo primordial é a expansão de capital, conforme Wallerstein (2001).

⁷ Monopólio no sentido de concentração de produção, renda ou recursos, sob posse de uma empresa ou um grupo empresarial, conforme Lênin (2011).

opinião é precisamente isto que constitui a base econômica do assenso imperialista (SCHULZE-GAEVERNITZ *apud* LENIN, 2011, p. 234).

Sendo assim, os países desenvolvidos e colonizadores passaram a se tornar “Estados rentistas” como o autor chama, devido esta consolidação da relação credor-devedor que fez os Estados se converterem, gradualmente, de industriais para credores. A partir disto, Lênin (2011) caracteriza essa conversão como a exportação de capital financeiro, que seria o novo meio de acumular capital. Ainda segundo o autor, essa exportação seria o “parasitismo” do capitalismo e que ao seguir crescendo de maneira contínua, se tornaria sua própria decomposição e antítese, pois “o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição” (LENIN, 2011, p. 231).

Isso ocorreria, tendo em vista que, se o crescimento estava levando ao monopólio cada vez mais concentrado, quando não houvesse mais “espaço” para os países monopolistas expandirem sua zona de produtividade, não haveriam meios pacíficos para resolver este dilema e o próprio capitalismo teria estabelecido seu colapso (LENIN, 2011). Portanto, toda essa transformação do capitalismo durante o século XX, de mercantil a financeiro, fez o autor concluir que esse rumo ao monopólio mundial entre poucos países, era a etapa superior do capitalismo e isso seria o imperialismo.

Nessa lógica, Lênin (2011) define o imperialismo como uma fase, pois ele não separa o aspecto político do imperialismo do aspecto econômico, em razão de que foi o conjunto destes aspectos que elevou o capitalismo para esta fase superior. Sendo assim, para o autor

o imperialismo é, pois, o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LENIN, 2011, p. 218).

Ademais,

os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior. Se fosse necessário dar uma definição, a mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo (LENIN, 2011, p. 217).

Desse modo, podemos entender que o Imperialismo de Lênin, seria a etapa monopolista (fase superior) do sistema capitalista (do início do século XX). A luz disso, podemos avançar então para a outra corrente do debate teórico, o novo imperialismo.

2.1.2 Novo Imperialismo de Harvey

David Harvey, escritor da obra “O novo imperialismo” (2003), também analisa o desenvolvimento do capitalismo e seus novos meios de acumulação de capital durante o século XX. No entanto, como ele vivenciou as transformações políticas e econômicas do cenário internacional durante as décadas de 1970-80, o autor pôde afirmar que este foi “um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político” (HARVEY, 2012, p. 140). E por isso, Harvey (2005) desenvolveu um novo conceito para a acumulação de capital do final do século XX, a “acumulação por espoliação”. Este conceito seria o elemento principal do que seria este novo imperialismo.

Para Harvey (2005), a acumulação por espoliação “é o outro nome dado à acumulação primitiva⁸ praticada em termos contemporâneos”. Dentro disso, “este tipo de acumulação estimula uma série de mudanças na forma do Estado, que passa a ser neoliberal, para manter o processo de acumulação capitalista”, ou seja, “o Estado promove práticas de imperialismo que alimentam a acumulação por espoliação” (LEITE, 2014, p. 516).

Sendo assim, para Harvey (2005) descrever este processo de espoliação, primeiro ele se utiliza de sua própria teoria chamada “ordenação espaço-temporal” para explicitar os mecanismos que o capitalismo aplica para prolongar sua sobrevivência. Esta teoria parte do questionamento de como o capitalismo se mantém em meio as suas crises e reorganizações. Para isso, Harvey (2005) lembra que Lênin (1917) e Luxemburgo (1913) consideram que “o imperialismo era a resposta do enigma [para o capitalismo se manter em meio as suas crises]” (HARVEY, 2005, p. 77). No entanto, Harvey (2005) afirma que “em ambos os casos essa solução era finita” (HARVEY, 2005, p. 77), tendo em vista o contexto da década de 1970-80 em que o capitalismo não possuía mais o fenômeno da colonização para aplicar seus mecanismos de exportação de capital e se apropriar desses territórios não-capitalistas.

Por conseguinte, se o imperialismo de Lênin (1917) e de Rosa Luxemburgo⁹ (1913) não era suficiente para explicar este contexto, Harvey (2005) afirma com sua teoria que “a

⁸ Acumulação primitiva foi o termo desenvolvido por Marx (1867) para descrever os métodos de acumulação de capital do sistema capitalista. Harvey (2005) parte deste pressuposto para desenvolver o conceito de acumulação por espoliação.

⁹ Filósofa, economista marxista polaco-alemã e ativista revolucionária socialista.

tendência capitalista crônica [...] de produzir crises de sobreacumulação” (HARVEY, 2005, p. 78), ou seja, a tendência da produção de excedente de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva), passou a evitar a desvalorização destes excedentes após a queda alarmante de crescimento econômico durante os anos 1930.

Isso em razão de que naquela década, o efeito da desvalorização (dos excedentes de capital) foi atingir o nível de capacidade de utilização mais baixo da história. Conforme lembra Harvey (2005), “os excedentes de mercadoria não podiam ser vendidos e o desemprego alcançou o nível mais elevado de todos os tempos” (HARVEY, 2005, p. 78).

Em suma, a afirmação de Harvey (2005) é que foi necessário evitar a desvalorização dos excedentes de capital e assim “descobrir maneiras lucrativas de absorver estes excedentes” (HARVEY, 2005, p. 78). Isso tudo como um mecanismo de prorrogar a sobrevivência do capitalismo no Sistema Internacional. Em vista disso, essas maneiras lucrativas seriam o que Harvey (2005) chama de “ordenações espaço-temporais”, dado que os mecanismos do capitalismo contemporâneo passaram a ser “a expansão geográfica e a reorganização espacial [...] em conjunto com as mudanças temporais em que o capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo”, ou melhor dizendo, conforme Leite (2014),

o capital passou a se expandir tanto no espaço – através da exportação de capital para uma região não capitalista, por exemplo – quanto no tempo – através de investimentos em projetos em que o capital fique fixado por longo tempo, como, por exemplo, investimentos em educação, cujo retorno ao capital é de longo prazo¹⁰ (LEITE, 2014, p. 517).

Dito isto, a partir da teoria da ordenação espaço-temporal, Harvey (2005) apresenta o principal elemento do novo imperialismo, a acumulação por espoliação, ou como ele explica, a acumulação primitiva em termos contemporâneos. Sendo assim, para introduzir este conceito – que será utilizado para analisar o neoliberalismo no Brasil – é necessário ressaltar que Harvey (2005) parte dos estudos de Luxemburgo (1913), Hannah Arendt¹¹ (1968) e Marx¹² (1867).

¹⁰ Harvey (2005) “considera gastos sociais, como investimentos em educação, um mecanismo para absorver excedentes de capital gerados no presente. O retorno ao capital é considerado de longo prazo, pois são investimentos que podem aumentar a produtividade futura do capital. O longo prazo, portanto, é o tempo entre a aplicação do excedente no presente e seu retorno como produtividade ampliada do capital no futuro” (LEITE, 2014, p. 517, nota de rodapé n. 13).

¹¹ Filósofa e política alemã.

¹² Filósofo alemão, economista materialista, historiador e ativista revolucionário socialista.

Referente a Luxemburgo (1913), o autor utiliza o conceito que ela desenvolveu sobre o subconsumo para explicar a questão “de que o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo ‘fora de si mesmo’ para estabilizar-se [...], a partir de uma dialética interna do capitalismo forçando-o a buscar soluções externas a si” (HARVEY, 2005, p. 118). Sendo assim, para a manutenção dos mecanismos citados acima, que prorrogam a sobrevivência do capitalismo, “é necessário que ele sempre conviva com formações sociais não capitalistas, isto é, o interior – capitalista – necessita sempre do exterior – não capitalista” (LEITE, 2014, p. 517).

A partir desta necessidade, Harvey (2005) desenvolve uma nova interpretação da noção de acumulação primitiva de Marx (1867). Dessa maneira, é válido lembrar que Marx (1867) utiliza esse conceito para referir-se ao “processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção”, ou seja, deixa a classe trabalhadora alheia aos meios de produção, por isso este conceito refere-se ao mesmo tempo às transformações históricas que “servem de alavanca à classe capitalista em formação” (MARX, 2005, p. 828-829). Ademais, este processo de acumulação primitiva pode ser apresentado de formas variadas como “a expropriação dos camponeses na Inglaterra [...] os sistemas coloniais e as dívidas públicas” (LEITE, 2014, p. 517-518).

Junto a isso, Harvey (2005) expõe a relevância de Arendt (1968) ao explanar o papel da acumulação primitiva no imperialismo. Portanto, recordaremos que conforme Arendt (1979),

as depressões dos anos 1860 e 1870 na Inglaterra deram início à era do imperialismo e forçaram a burguesia a compreender pela primeira vez que o pecado original do roubo – que séculos antes tornara possível o “original acúmulo de capital” (Marx) e gerara todas as acumulações posteriores – tinha eventualmente que se repetir, para que o motor da acumulação não morresse de repente (ARENDRT, 1979 p.168)

Assim, isso caracterizaria uma nova forma do capitalismo (o imperialismo), tendo em vista que a expansão deste sistema se viu afetada por uma produção excessiva de capital e da criação de um dinheiro “supérfluo”. Ademais, isso afirmava a dependência da classe capitalista de algo de “fora da sociedade capitalista”, uma vez que apenas o acúmulo de capital nacional, estava condenado à ociosidade e já não podia encontrar investimentos produtivos dentro das fronteiras nacionais (ARENDRT, 1979).

Dentro disso, Harvey (2005) afirma – a partir de uma visão Arendtiana – que a maneira de escoação destes investimentos produtivos encontra-se na acumulação primitiva do capital elevada para além das fronteiras nacionais dos Estados capitalistas e, isto constitui

“uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo” (HARVEY, 2005, p. 119).

Logo, essa força contínua seria o respaldo que o autor se apoiou para converter o conceito de acumulação primitiva para o conceito de acumulação por espoliação, tendo em vista que este conceito ainda é um processo em andamento (HARVEY, 2005).

Diante o exposto, Harvey (2005) descreve que a acumulação primitiva ao cooptar e se apropriar das realizações culturais e sociais não-capitalistas, acaba violando estruturas preexistentes de organização social “numa tentativa de forjar uma base consensual, em vez de coercitiva, de formação da classe trabalhadora”, sendo este um dos aspectos da espoliação (HARVEY, 2005, p. 122). De maneira mais prática, o autor apresenta variados setores da sociedade como o político, econômico e cultural, para demonstrar onde pode ser encontrado os aspectos de espoliação, tendo em vista que “a acumulação por espoliação pode ocorrer de uma variedade de maneiras, havendo em seu *modus operandi* muitos aspectos fortuitos e casuais” (HARVEY, 2005, p. 124), conforme a explicação do “pecado original do roubo” de Arendt (1979).

Em função disso, analisando as crises financeiras do final do século XX, Harvey (2005) afirma que “a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes” fora representada pelos “ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro” (HARVEY, 2005, p.123). Com isso, é possível concluir que alguns fatores que constituem a acumulação por espoliação de nossa época são

a apropriação de ativos de países periféricos a preço baixíssimo pelo capital financeiro, como contingência do próprio mecanismo da crise financeira; a desvalorização de ativos pela inflação; as fraudes corporativas; os desvios de fundos; as valorizações fraudulentas de ações; e etc. (LEITE, 2014, p. 518).

Ao encontro disso, Fontes (2008), afirma então que a expropriação, roubo, espoliação, não é uma característica única da acumulação por espoliação ou primitiva; ela é, também, uma característica constitutiva da reprodução ampliada. Nesse sentido, “a violência primordial do capital é permanente e constitutiva: a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais” (FONTES, 2008, p. 90).

Para melhor ilustrar essas atuações da acumulação por espoliação diante das crises do final do século XX, Harvey (2005) apresenta exemplos de como a “mercadificação”, ou seja, a transformação de bens ou setores em mercadoria – por exemplo, a transformação de áreas como da natureza via patenteamento de material genético de sementes; da música pela

apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades; e das áreas de bem-estar social através da corporativização e privatização de bens públicos ou de instituições de utilidades públicas – constituem a “espoliação em larga escala”.

Diante disso, Harvey (2005) explica então como a acumulação por espoliação resolve o problema da sobreacumulação do capitalismo contemporâneo, lembrando que a sobreacumulação é “uma condição em que excedentes de capital estão ociosos” e procuram o escoamento através de investimentos produtivos, conforme a explicação da visão Arendtiana citada anteriormente. Por esse ângulo,

o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). Assim, o capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo (HARVEY, 2005, p.124).

Para exemplificar, o autor apresenta a dissolução da União Soviética e a abertura econômica da China para o comércio internacional como casos em que “a privatização tem aberto amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado” (HARVEY, 2005, p.124), uma vez que a liberalização de ativos que se desdobrou destes dois acontecimentos, não estavam disponíveis na corrente principal da acumulação de capital anteriormente.

No entanto, Harvey (2005), apresenta também que antes destes dois acontecimentos se desdobrarem no cenário internacional, o capital sobreacumulado estava passando por uma dificuldade crônica desde 1973 e, por isso, a solução foi o projeto de privatização neoliberal. Para isso, a proposta era “injetar matérias-primas baratas (como o petróleo) no sistema e os custos do insumo seriam reduzidos e os lucros, por esse meio, aumentados” (HARVEY, 2005, p.124). Em vista disso, o autor cita o jornalista Rupert Murdoch ao expor que “a solução de nossas atuais aflições econômicas é o petróleo a 20 dólares, e não a 30, o barril” (MURDOCK *apud* HARVEY, 2005, p.124), e conclui afirmando que “não admira que os jornais de Murdoch tenham dado tão ávido apoio à guerra contra o Iraque” (HARVEY, 2005, p.124).

Além disso, a desvalorização de ativos é importante como ferramenta de apropriação do capital sobreacumulado, tendo em vista que a desvalorização de ativos como capital e força de trabalho “podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital, pelo capital sobreacumulado” (HARVEY, 2005, p.124) como explicado acima ao mostrar o que a acumulação por espoliação faz.

Porém, o autor lembra que isso “requer uma onda anterior de desvalorização, o que significa uma crise de algum tipo”, ou seja,

as crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com frequência se resumem os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito (HARVEY, 2005, p. 125).

De maneira prática, a desvalorização de ativos retornou como um mecanismo de prolongar a sobrevivência do capitalismo, a partir de certa sofisticação que é a orquestração das crises, e isso é a especialização do sistema financeiro internacional – sob liderança do Fundo Monetário Internacional (FMI) – com o apoio de um poder estatal superior, por exemplo, dos Estados Unidos. Nessa lógica, o autor apresenta as crises financeiras asiáticas e da América Latina (AL) do final do século XX como momentos em que surgiram “crises regionais e desvalorizações baseadas no lugar altamente localizadas como recurso primário de criação perpétua pelo capitalismo de seu próprio ‘outro’ a partir do qual se alimentar” (HARVEY, 2005, p. 125).

Além disso, o autor faz uma analogia dessa desvalorização de ativos que ficam como recursos estocados igual o “exército industrial de reserva” de Marx (1867), uma vez que “valiosos ativos são tirados de circulação e desvalorizados e estes ficam esvaziados e adormecidos até que o capital excedente faça uso deles a fim de dar nova vida à acumulação do capital” (HARVEY, 2005, p. 125-126). Junto a isso, o autor apresenta a importância do papel do Estado nesse processo, dado que exerce a função de “orquestrar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral” e para as potências capitalistas como no caso dos Estados Unidos, a função é ainda mais específica. Pois,

isso significa orquestrar esses processos em seu benefício, ao tempo em que proclamam seu papel como o de um líder nobre que organiza “resgates” (como no México em 1994) a fim de manter a acumulação do capital global nos trilhos (HARVEY, 2005, p. 126).

Isto posto, o autor afirma que essa função trivial do Estado na manutenção da sobrevivência do capitalismo contemporâneo, coincidiu com o avanço do pensamento neoliberal, em razão da privatização e a liberalização do mercado terem sido

o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a “expropriação das terras comuns”. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles (HARVEY, 2005, p. 130-131).

Desse modo, Harvey (2005) apresenta todo este aparato para afirmar que a acumulação por espoliação “está no cerne das práticas imperialistas” (HARVEY, 2005, p.144). Assim, se configurou no Sistema Internacional, um novo imperialismo que é a releitura do imperialismo original. Isto posto, a pesquisa se compromete a analisar a introdução do neoliberalismo a partir da disseminação estadunidense, que chegou no Brasil através do Consenso de Washington durante a década de 1990, sob as premissas do novo imperialismo, em razão das explicações que serão realizadas nos próximos capítulos, de como o Estado brasileiro foi cooptado para servir de mais um espaço que os mecanismos de manutenção da sobrevivência do capitalismo foram aplicados pela ordem dos Estados Unidos e de uma classe transnacional que se enriqueciam com isso.

Entretanto, isso colidiu com os interesses nacionais que iriam de encontro com as necessidades deste capitalismo contemporâneo e, por isso, será apresentado como esse choque de interesses fora refletido na Política Externa Brasileira (PEB) durante o período analisado da década de 1990.

2.2 Condição Pós-Moderna nas Ciências Sociais

No presente tópico, será contextualizado de maneira breve a mudança epistemológica ocorrida na área de estudo da História da Ciência, tendo em vista que esse fenômeno refletiu na modificação da estruturação das Ciências, especificadamente das Ciências Sociais que serão fontes de análise deste trabalho. Por isso, essa mudança que teve origem na década de 1970 ficou conhecida como “Condição Pós-Moderna” (HARVEY, 2012). Assim, a explicação deste fenômeno será feita com o intuito de tomar as teorias utilizadas com senso crítico, por duas razões, “porque – as teorias – são epistemologicamente insuficientes e porque fundam decisões que veiculam interesses, valores, visão de mundo, e capacidades de quem as conhece, sempre em benefício próprio” (CERVO, 2008, p. 63).

Nesse sentido, será analisado a questão da mudança do pensamento liberal para o neoliberal com fim de garantir um entendimento crítico de como o neoliberalismo foi aplicado no Sistema Internacional por Reagan (1981-1989) e Thatcher (1979-1990) e, principalmente, de como este pensamento foi inserido no Brasil durante o governo FHC e seu reflexo na Política Externa Brasileira (PEB) a partir de uma inserção de caráter exógeno, ou seja, a partir de alguma interferência externa.

No caso desta pesquisa, a interferência externa analisada serão as políticas expansionistas e imperialistas dos Estados Unidos enquanto superpotência dominante no Sistema Internacional e do Brasil como um país emergente e, conseqüentemente, dominado (VIZENTINI, 2003). Sob esta premissa – que houve interferência externa na formação de políticas do Brasil – se analisará o processo de mudança da PEB durante o governo de FHC, visto que este período (1994-2002) representou o momento em que o neoliberalismo se consolidou de maneira efetiva nas políticas brasileiras (CARCANHOLO et al, 1998).

Isso devido ao fato da política econômica interna brasileira e da PEB, terem sido redirecionadas através da abertura do mercado financeiro brasileiro e do seguimento das propostas do Consenso de Washington (1989), conforme os interesses estadunidenses de manutenção da matriz neoliberal no Sistema Internacional, caracterizando o Brasil em uma “vinculação subordinada à globalização” (VIZENTINI, 2003).

Dessa forma, para conseguir realizar esse entendimento crítico do que foi a mudança do liberal para o neoliberal e como ela foi refletida na política interna e externa do Brasil, é necessário que seja explicado antes, o que estava acontecendo no campo do estudo científico – o campo que rege os mecanismos de estudo e aplicação da ciência no nosso cotidiano, mais conhecido como História/Filosofia da Ciência – durante a década de 1970-80 (CACHAPUZ; PRAIA; JORGE, 2004).

A ocorrência no estudo científico, durante esse período, foi que este passou por um processo de transformação estrutural dentro da área da História da Ciência e isso significou para o resto das outras áreas de estudos, por exemplo, das ciências naturais, humanas e sociais, que também era preciso se reestruturar enquanto ciência (FURLAN, 2003). Dessa forma, explicando esta área de forma direta, conforme Furlan (2003), “a História da Ciência procura analisar na sua sequência os fatos científicos: os contextos das descobertas, as crises teóricas, as substituições e desenvolvimento de teorias” (FURLAN, 2003, p. 125).

Em suma, essa análise seria então o debate de como fazer ciência e de se certificar de quais áreas de estudo poderiam ser consideradas ciência. De maneira categórica, pode-se afirmar que alguns dos autores responsáveis por essa “revolução científica” da condição pós-moderna, foram Popper (1959, 1999); Hempel (1965); Kuhn (1962); Lakatos (1977) e Chalmers (1976) (FURLAN, 2003).

Dito isto, neste trabalho, utilizar-se-á do conceito dos Paradigmas de Kuhn (1962), para melhor compreender como ocorre a mudança do pensamento de uma ciência para outro. À visto disso, tem-se a finalidade de entender todo o contexto do objeto da pesquisa, que foi a mudança do pensamento econômico liberal para o neoliberal e como ele foi aplicado no Brasil

durante o governo de FHC. A partir disso, será utilizado autores como Hunt (1979), Anderson (1995) e Paulani (1999) para definir melhor o que era o pensamento liberal da economia e as modificações para o pensamento neoliberal. E por fim, para entender a mudança da PEB, será utilizado as definições de Cervo (2008) que realiza uma divisão paradigmática para estudar a PEB indo ao encontro das propostas de Kuhn (1962).

2.2.1 Conceito dos Paradigmas

Thomas Kuhn¹³ com a obra “A estrutura das revoluções científicas” (1962), realiza uma crítica à Popper (1959) na sua explicação de como a ciência deve ser elaborada. Para isso, Kuhn (1962) desenvolve os conceitos de ciência normal e de paradigmas. De maneira introdutória, para entender os paradigmas, é válido lembrar que a ciência normal foi desenvolvida para caracterizar o que seria uma pesquisa baseada em paradigma (KUHN, 1998).

Assim, Kuhn (1998) ao explicar que

a ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos [...] Em vez disso, a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma (KUHN, 1998, p.45).

E ao indicar que “as áreas investigadas pela ciência normal são certamente minúsculas”, pois, “ela restringe drasticamente a visão do cientista”, levando em conta que “essas restrições, nascidas da confiança no paradigma, revelaram-se essenciais para o desenvolvimento da ciência”, uma vez que

ao concentrar a atenção numa faixa de problemas relativamente esotéricos, o paradigma força o cientista a investigar alguma parcela da natureza com uma profundidade e de uma maneira tão detalhada que de outro modo seriam inimagináveis (KUHN, 1998, p.45).

Ele afirma então que o cientista não quer discutir ou criar novas teorias, mas sim solucionar seus quebra-cabeças. E quebra-cabeça no sentido daquela “categoria particular de problemas que servem para testar nossa engenhosidade ou habilidade na resolução de

¹³ Físico estadunidense, lecionou no departamento de História/Filosofia da Ciência na Universidade da Califórnia (1956-1964), depois na Universidade de Princeton (1964-1971) e finalizou sua carreira como professor no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) (1971-1996).

problemas” (KUHN, 1998, p. 59). Essa resolução de problemas, pode ser considerada então a produção científica realizada em um determinado período, de acordo com um conjunto de regras estabelecido, ou seja, de acordo com o paradigma vigente naquele momento.

Com isso, segundo Stanek (2005), o conceito de paradigmas de Kuhn são definidos como “um conjunto relativamente limitado de ideias e regras gerais que pressupõe um campo disciplinar que define seu objeto de estudo e permite formular seus problemas chave” (STANEK, 2005, p.182). Dessa forma, o paradigma configura a imagem final do quebra-cabeça quando completado e, as tentativas de resolve-lo, partem sempre da premissa desta imagem que guia as formas de se tentar resolver os problemas.

Consequentemente, Kuhn (1998) afirma que

uma comunidade científica, ao adquirir um paradigma, adquire igualmente um critério para a escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, poderemos considerar como dotados de uma solução possível (KUHN, 1998, p.60).

Ademais,

um paradigma pode até mesmo afastar uma comunidade daqueles problemas sociais relevantes que não são redutíveis à forma de quebra-cabeça, por não podem ser enunciados nos termos compatíveis com os instrumentos e conceitos proporcionados pelo paradigma (KUHN, 1998, p. 60).

Assim, o paradigma define qual vai ser o foco dos problemas a serem levados em conta naquele momento e quais a comunidade admitirá como científicos. Entretanto, de maneira mais prática, a proposta deste trabalho é entender que houve uma mudança estrutural no modo de pensar após a consolidação do pensamento econômico neoliberal.

Isto em razão de que este pensamento fora pulverizado por todas as áreas do Estado e conseqüentemente refletindo nas suas ações dos indivíduos e nas tomadas de decisão, se configurando então como um paradigma, o qual todas as tentativas de solucionar um problema, vão partir desta visão neoliberal e as outras propostas que se originam de outras premissas, por exemplo, do bem-estar social ou do desenvolvimento econômico, vão ser consideradas inválidas ou não efetivas.

Em outras palavras, essas propostas serão consideradas não produtivas, tendo em vista que o objetivo do novo imperialismo, como explicado no tópico anterior, é resolver o problema da sobreacumulação do capitalismo contemporâneo através do escoamento de capital ao ser realocado em investimentos produtivos que de preferência são aplicados em

áreas externas. Por isso, conforme Harvey (2003), a solução encontrada neste momento, a partir de um “paradigma neoliberal”, é a acumulação por espoliação.

2.2.2 Mudança do pensamento econômico liberal para o neoliberal

Para entender melhor o pensamento neoliberal que será explicitado com mais detalhes no próximo capítulo, é preciso apresentar como era o pensamento antes deste prefixo “neo” aparecer. Isso em razão de que o termo neoliberalismo passou a ser, conforme Paulani (1999), “carregado de conotações políticas e ideológicas e muitas vezes utilizado pura e simplesmente como sinônimo de ‘liberalismo’”. Assim,

o termo acabou por se autonomizar, por ganhar vida própria, de modo que, no mais das vezes, é utilizado sem que se saiba exatamente a que se refere, ou, no jargão da lingüística, sem que se conheça a relação que de fato existe entre este signo e seu referente (PAULANI, 1999, p.115).

Dito isto, é válido lembrar que o liberalismo, primordialmente foi uma corrente social propagada por John Locke durante o século XVII e a partir disto, pode-se dizer que esta corrente sofreu influências da filosofia radical inglesa, do iluminismo escocês e dos conceitos, como o da “mão invisível” de Adam Smith (PAULANI, 1999). Nessa lógica, enquanto corrente social de Locke no século XVII, o liberalismo era

visceralmente ligado à filosofia dos direitos naturais, prega a tolerância política e religiosa, exige o direito de defesa contra o arbítrio e mostra-se coerente com a visão de mundo que advoga que os homens nascem livres, tanto quanto nascem racionais. [...] Em suma, o liberalismo, no momento de seu nascimento, é fundamentalmente filosófico e político (PAULANI, 1999, p. 116).

Nesse momento, o contexto era de transformação devido ao início da era moderna que colocara em primeiro plano o homem e o poder da razão, com a qual fora agraciado pela natureza. A relação que essa corrente, até então filosófica e política, estabeleceu com o pensamento econômico, conforme Paulani (1999), se deu através de três pontos. O primeiro é a associação entre liberalismo e defesa da propriedade privada, a qual é iniciada pelos estudos de Locke. O segundo é a proximidade do liberalismo com a ideia de igualdade (pelo menos no plano jurídico), propagada por Rousseau ao alertar que “sem um mínimo de igualdade social, a liberdade civil seria impossível” (PAULANI, 1999, p.116).

Por fim, o terceiro ponto é a ambição pela transformação da ética numa ciência positiva, ou melhor dizendo, numa ciência exata, do comportamento humano. Este ponto pode-se dizer que fora promovido pela Escola Utilitarista do pensamento econômico, mais especificadamente por Bentham, ao discordar de Locke e Rousseau. Assim, Bentham (1787) afirma que “a obediência civil só se justifica se ela contribuir mais para a felicidade geral do que a não-obediência” e felicidade geral, no sentido de que “cada homem age sempre motivado pelo seu próprio interesse, [...] e cada indivíduo, ao perseguir seu próprio bem, está também perseguindo o bem do conjunto” (PAULANI, 1999, p. 116-117).

Diante disso, o pensamento liberal passou por influências expressivas de Adam Smith (1776) e foi nesse contexto que a corrente liberal, adquiriu o cunho mais econômico em seu significado. Além disso, o que pode ser considerado como maior contribuição de Smith para o pensamento liberal – além de todos os conceitos e teorias desenvolvidas pelo autor – é que ele agrega elementos que tomam a propriedade como pressuposto ao raciocínio de natureza humana (HUNT, 1989).

Essa relação de Smith (1776) com o pensamento liberal ocorre, enquanto o autor afirma que a natureza humana deve ser considerada de modo singular e, por isso, se mostra anterior à própria formação de uma sociedade civil. Nessa natureza, no âmbito das relações econômicas,

a coincidência entre os interesses privados e o interesse público está garantida. Cada um agindo livremente em função de seus próprios interesses e sendo movido conscientemente apenas por eles, produz um resultado que não fazia parte de suas intenções: o progresso e a riqueza da nação. Além do mais, esse progresso abrangeria toda a sociedade, atingindo inclusive as camadas mais baixas da população. Smith estando certo, obter-se-ia então o mínimo de igualdade social que preocupava Rousseau como condição para a existência e sustentação da liberdade civil. (PAULANI, 1999, p. 117).

A luz disso, o pensamento liberal influenciado por Adam Smith (1776), ganhou espaço no cenário internacional durante o século XIX devido ao fortalecimento que ele garantiu às superpotências do Sistema Internacional daquele período. Principalmente à Inglaterra, enquanto líder nas conquistas de novos mercados e territórios e no aumento de riqueza e zona de influência com o patrocínio de suas grandes corporações, como por exemplo, a “Companhia Britânica das Índias Orientais” (LENIN, 2011).

No entanto, a ascensão dos movimentos sociais da Europa no final do século XIX e início do século XX, em soma com os desdobramentos da crise de 1929 nos Estados Unidos, trouxeram para o pensamento liberal, fortes questionamentos, em que estes denunciavam “o

liberalismo enquanto ideologia como uma visão de mundo afinada com um momento histórico específico e que assistia à ascensão de uma determinada classe ao topo da pirâmide social” (PAULANI, 1999, p. 118). Esse contexto, impôs ao liberalismo um enorme refluxo, o qual este pensamento só iria se recuperar a partir da década de 70 com as modificações trazidas pelo neoliberalismo (PAULANI, 1999).

Esse refluxo, pode ser ilustrado pelo momento de grandes crises econômicas, duas grandes guerras, a revolução soviética e a ascensão do nazismo. Por isso, durante a década de 1930, ganhou força uma política intervencionista do Estado, em razão da necessidade de certa regulação externa ao mercado do seu próprio sistema. Isso se tornou uma espécie de consenso entre os *policymakers*¹⁴ ao encontrarem sua matriz teórica na obra “Teoria geral do emprego do juro e da moeda” de Keynes (1936) (PAULANI, 1999).

A título de conhecimento, esse consenso encontrou

seu hábitat natural no estado do bem-estar social, no controle keynesiano da demanda efetiva e na regulação fordista do sistema e o capitalismo deslançou tranqüilo por três décadas, crescendo de modo sustentado em todo esse período, já conhecido na literatura como “os anos de ouro” (PAULANI, 1999, p. 119)

No entanto, é nesse momento que após a Segunda Guerra Mundial, nasce o neoliberalismo. Para isso, é preciso entender que Friedrich Hayek¹⁵ foi o principal personagem desta recriação do liberalismo. Conforme Anderson (1995), essa recriação

foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. [...] Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 9).

A partir disso, Hayek convocou os filósofos e economistas que compartilhavam com seu pensamento para uma reunião na Suíça. Entre os participantes que estavam presentes, podem ser citados Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros (ANDERSON, 1995). O pensamento em comum entre esses intelectuais era que “o novo igualitarismo, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência (ANDERSON, 1995, p. 9-10).

¹⁴ Elaboradores de políticas públicas.

¹⁵ Economista e filósofo austríaco, foi um dos maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico.

Com esse fundamento, a recriação do liberalismo se dá no sentido de criar um novo individualismo, diferente do individualismo difundido pelos reformadores que aplicaram a intervenção do Estado na regulação do mercado. Assim, Hayek descreve suas propostas na obra “Individualismo e ordem econômica” (1948), partindo da crítica ao que ele chamou de “falso individualismo”. Este falso individualismo seria o que estava presente no Estado de bem-estar social. Para Hayek (1958), a ação individual nesse contexto, era formada pela apreensão de estruturas sociais autônomas ou do controle direto do Estado (HAYEK, 1958).

Dessa forma, podemos lembrar que o autor afirma que

the individual, in participating in the social processes, must be ready and willing to adjust himself to changes and to submit to conventions [...] whose justification in the particular instance may not be recognizable, and which to him will often appear unintelligible and irrational¹⁶ (HAYEK, 1958, p. 22).

Além disso, ele ressalta que

the true individualism affirms the value of the family and all the common efforts of the small community and group, that it believes in local autonomy and voluntary associations, and that indeed its case rests largely on the contention that much for which the coercive action of the state is usually invoked [...] there can be no greater contrast to this than the false individualism [...] which wants to dissolve all these smaller groups into atoms which have no cohesion other than the coercive rules imposed by the state, and which tries to make all social ties prescriptive, instead of using the state mainly as a protection of the individual against the arrogation of coercive powers by the smaller groups¹⁷ (HAYEK, 1958, p. 23)

Diante dessas afirmações, pode-se concluir que Hayek (1958) ao querer mostrar a capacidade do mercado atingir o equilíbrio sem interferência do Estado, este defendeu o mercado como a única instituição capaz de respeitar a primazia do indivíduo que o “falso individualismo” só oprimia com as propostas do Estado de bem-estar social. Dessa forma, após as transformações econômicas e políticas dos anos 1970-80, era possível identificar poder excessivo nos sindicatos e, de maneira geral, no movimento operário que “havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os

¹⁶ O indivíduo, ao participar dos processos sociais, deve estar pronto e disposto a se ajustar às mudanças e a submeter-se a convenções, [...] cuja justificativa, no caso específico, pode não ser reconhecível e que, para o indivíduo, muitas vezes parecem não inteligentes e irracionais (tradução nossa).

¹⁷ O verdadeiro individualismo afirma o valor da família e todos os esforços comuns da pequena comunidade e do pequeno grupo que acredita na autonomia local e nas associações voluntárias. Seu caso se baseia, amplamente, na alegação de que a ação coercitiva do estado pode e é geralmente invocado. [...] Não pode haver maior contraste com isso, do que o falso individualismo [...] que quer dissolver todos esses grupos menores, em átomos que não têm coesão, além das regras coercitivas impostas pelo Estado, e que tenta tornar todos os laços sociais prescritivos, em vez de usar o Estado principalmente como proteção do indivíduo contra a apropriação de poderes coercitivos pelos grupos menores (tradução nossa).

salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (ANDERSON, 1995, p. 10).

Nesse sentido, Hayek (1958) apresenta que era necessário um Estado forte, mas que este fosse capaz de romper o poder dos sindicatos e atingisse a estabilidade monetária. Para isso, “seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos” (ANDERSON, 1995, p. 10).

Diante o exposto, o avanço do pensamento neoliberal será descrito melhor no próximo capítulo. Contudo, as mudanças apresentadas vão ao encontro das propostas discutidas nos tópicos anteriores, por Harvey (2003; 2008; 2012) ao afirmar que o pensamento neoliberal garantiu uma nova forma de acumulação de capital, através da acumulação por espoliação e, a consolidação dessa nova forma de acumulação no Sistema Internacional, propagadas pelas superpotências capitalistas Estados Unidos e Inglaterra, refletiu nas formulações de políticas neoliberais em diversos países.

Um desses países é o Brasil, e este será estudado de forma mais precisa nos próximos capítulos, com a finalidade de verificar a interferência externa nas formulações de políticas brasileiras, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

2.2.3 Paradigmas da Política Externa Brasileira

Referente à questão do paradigma definir quais as soluções possíveis para os problemas que tentarão ser resolvidos, aplica-se o conceito de paradigmas às ciências sociais, conforme Amado Cervo¹⁸ (2008) ao identificar que “o paradigma, em ciências humanas e sociais, equivale a uma explanação compreensiva do real [...] o paradigma também desempenha a superior função de organizar a matéria que é objeto de observação” (CERVO, 2008, p. 65).

Dito isso, entende-se que a utilização da análise paradigmática aplicada por Cervo (2008) nas relações internacionais do Brasil, corresponde a um método que parte de alguns pressupostos. Conforme Cervo (2008), estes pressupostos se dividem em três planos. No primeiro plano se verifica “a existência da ideia de nação que o povo – ou seus dirigentes – faz de si mesmo e a visão que (estes) projetam do mundo” e esse pressuposto leva “ao conjunto de valores cultivados, ou seja, à identidade cultural, que condiciona os desígnios duradouros da política exterior” (CERVO, 2008, p. 65).

¹⁸ Historiador brasileiro e atualmente professor da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Rio Branco.

No segundo plano, o autor afirma que o paradigma inclui a percepção de interesse, de modo que “a leitura que os dirigentes fazem dos interesses nacionais [...] modifica-se com a mudança dos paradigmas”. Por fim, no terceiro plano, “o paradigma envolve a elaboração política”, ao passo que “envolve o modo de relacionar o interno ao externo e a manipulação da informação para estabelecer o cálculo estratégico e orientar a decisão” (CERVO, 2008, p. 65-66).

Desse modo, Cervo (2008) ao aplicar esta metodologia em seu objeto de estudo – as relações internacionais do Brasil – o autor converte conceitualmente sua análise em paradigmas de política exterior. Em consequência, ele apresenta que as relações internacionais do Brasil deram origem a quatro paradigmas e estes são o liberal-conservador (1810-1930), o desenvolvimentista (1930-1989), o normal ou neoliberal (1990-2002), e por fim, o logístico (2002-). No último paradigma o autor não determina um fim, provavelmente pela data de publicação.

Por conseguinte, o primeiro paradigma (1810-1930) é caracterizado pelo período imperial e da Primeira República do Brasil, isso devido ao fato de que os líderes presentes neste paradigma são considerados como os liberais-conservadores que, de modo geral, eles

procediam à leitura do interesse nacional, evocando um conceito de sociedade simples, composta fundamentalmente de dois segmentos: os grandes proprietários de terra e donos do poder, de um lado, e o resto da sociedade, de outro, fossem escravos, ex-escravos, trabalhadores livres ou imigrantes (CERVO, 2008, p. 70).

Essa descrição, pôde apresentar de maneira direta como foi o comportamento dos dirigentes brasileiros durante este paradigma. Em sequência, o segundo paradigma (1930-1989) ficou caracterizado como desenvolvimentista em referência ao seu movimento latino-americano, ou seja, sua variável política compõe

a superação da assimetria capitalista pela promoção do desenvolvimento e pressupõe a autonomia decisória, sem a qual nada se alcança nessa via”, tendo em vista que “a ideologia desenvolvimentista fez a unanimidade no Brasil, mas não fez o entendimento político (CERVO, 2008, p. 73-74).

Isso devido as divisões da política externa brasileira configuradas em desenvolvimento associado às forças do capitalismo externo com Dutra, Juscelino Kubitschek e Castelo Branco na presidência do país e, em desenvolvimento autônomo, que foi o segmento criador de “autonomia política e de forte núcleo econômico”, com Vargas, João Goulart, Jânio Quadros e Geisel como presidentes (CERVO, 2008, p. 74).

O terceiro paradigma (1990-2002), é chamado de normal ou neoliberal em referência aos detentores do pensamento econômico neoliberal ou como o autor chama “os monetaristas de formação norte-americana” que se alojaram nos postos decisórios dos Estados da América Latina. Esse alojamento, fez com que os detentores deste pensamento partissem “em guerra contra a estratégia de indução do desenvolvimento pela via assertiva das iniciativas de Estado” e se operou uma “redução da funcionalidade do Estado, de indutor do desenvolvimento para expectador do mercado” (CERVO, 2008, p. 77), conforme as propostas de Hayek apresentadas anteriormente.

Desse modo, foi a partir da década de 1980 com os Estados Unidos de Reagan e a Inglaterra de Thatcher, que fora elaborado na prática a formulação de um Estado forte de economia aberta e que integrava elementos oriundos de fontes diversas como o próprio governo norte-americano e as agências financeiras internacionais, FMI e o Banco Mundial (BATISTA, 1994). Essa formulação, se destacou com os desdobramentos da reunião de Washington que resultou no projeto mais conhecido como o Consenso de Washington de 1989, patrocinado pelo *Institute for International Economics*¹⁹, numa publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin America*²⁰ (BATISTA, 1994). E será a partir das premissas deste paradigma neoliberal e do contexto em que ele se aplica, que serão analisadas as políticas do governo FHC no presente trabalho.

Por fim, para finalizar as concepções feitas por Cervo (2008), é designado um quarto paradigma. Este seria o logístico que se inicia apenas como um ensaio no governo de FHC e se firma em termos operacionais durante o governo de Luís Inácio da Silva (Lula). Para melhor apresentar este paradigma, Cervo (2008) afirma que aquele momento fora marcado por uma “onda de presidentes democráticos [latino-americanos], oriundos em geral de meios sociais desfavorecidos e ditos de esquerda” (CERVO, 2008, p. 82). Assim, este paradigma foi chamado de logístico pela sua capacidade “de atenuar os efeitos do neoliberalismo nas esferas da vida política, econômica e social” e, com isso, utilizar esse pensamento de forma “responsável” devido a manutenção aplicada no paradigma logístico, da prática neoliberal para desenvolver uma “responsabilidade fiscal, estabilidade monetária, estímulo aos investimentos estrangeiros e abertura dos mercados” (CERVO, 2008, p. 83).

Diante o exposto, pode-se concluir que os dirigentes brasileiros centraram o Estado “como agente principal das relações internacionais do país, apenas no segundo paradigma, ao

¹⁹ Instituto de Economia Internacional com sede em Washington DC, fundado em 1981 e a partir de 2006 passou se chamar Instituto Peterson de Economia Internacional (PIIE).

²⁰ Rumos para o crescimento econômico na América Latina (tradução nossa).

passo que os outros três, embora mantiveram o Estado como referência permanente, revelaram a força de agentes econômico e sociais” (CERVO, 2008, p. 67). Portanto, o objeto de pesquisa parte desta premissa que durante o governo FHC, o enfoque não foi o Estado como agente principal, mas sim seus agentes econômicos e sociais, devido os interesses estadunidenses e das classes transnacionais.

3 PENSAMENTO NEOLIBERAL

Como fora apresentado no capítulo anterior, o pensamento neoliberal passou por uma discussão teórica até ser reconhecido como tal. Pode-se dizer, que essa discussão durou cerca de 20 anos até encontrar na crise dos anos 1970 um solo favorável para sua difusão (PAULANI, 1999). É nesse contexto de transformação, durante a década de 1970, que o neoliberalismo não fica mais confinado a uma rede de intelectuais que discutiam suas ideias, mas sim chega na política interna e externa das potências mundiais como os Estados Unidos e a Inglaterra.

Dessa forma, os EUA como um país *hegemon*, assume sua responsabilidade de promover a política econômica que seria estabelecida e seguida no Sistema Internacional, uma vez que este passou a ser referência monetária no Sistema com o fim da moeda sob o padrão dólar-ouro (fim do Sistema Bretton-Woods) e o estabelecimento da moeda apenas sob o padrão dólar, a partir de 1971, fazendo com que se tornasse necessário para os demais países, a utilização do dólar como moeda reserva para definirem suas taxas de câmbio. Conseqüentemente, os tornando dependente da economia estadunidense (EICHENGREEN, 2000).

Em seguida disso, a política externa estadunidense se forma então sob o projeto econômico, desenvolvido pelo presidente Ronald Reagan (1981-1989), intitulado de *Reaganomics and Supply Side Economics*²¹ e que demonstrou de maneira efetiva a posição de liderança econômica mundial dos EUA naquele período, de acordo com o pensamento neoliberal. Nos desdobramentos desta política externa, os EUA obtiveram o apoio total da primeira ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, principalmente com as privatizações das estatais inglesas (PAULANI, 1999). Contudo, a fim de demonstrar o início da influência estadunidense ao ditar “as regras do jogo” no Sistema Internacional e ao propagar o neoliberalismo, no próximo tópico estes projetos serão abordados de maneira mais aprofundada.

Diante o exposto, nota-se então que a crítica de Hayek, ao chamado falso individualismo, ganhou espaço para a formulação de um novo raciocínio que seria estabelecido nas relações domésticas e externas dos Estados e se estabeleceria também além do âmbito econômico. Este raciocínio, passaria a permear as relações sociais e culturais entre os indivíduos, formando assim uma lógica a ser seguida. Isso é o que podemos chamar de lógica individualista neoliberal.

²¹ Economia de Reagan e Economia de Oferta (tradução nossa).

Lógica individualista no sentido de que este pensamento trouxera como seu fundamento, a ênfase na liberdade e na propriedade privada como fonte primária para uma atuação livre do indivíduo em todo o resto dos setores da sociedade, como liberdade no setor político ou de decisão. Segundo Hayek (1958), a prioridade era a liberdade econômica como única fonte de um indivíduo poder ser realmente livre na sociedade. Para essa liberdade econômica ser estabelecida, era preciso que o Mercado fosse a única instituição que regulasse as relações econômicas e empresariais. Isto em razão de que Hayek em sua obra “Direito, Legislação e Liberdade, volume 3” (1985), afirma que é o Mercado que permite que os indivíduos ajustem suas preferências conforme os sinais dos preços²² (PAULANI, 1999).

Dito isto, para a melhor compreensão deste pensamento, serão descritos como as instituições Estado e Mercado são caracterizadas no neoliberalismo e como estas refletiram no comportamento do indivíduo dentro desta lógica. Primeiramente, o Mercado nesse contexto, pode ser caracterizado como uma instituição que realiza o mecanismo de coordenação das atividades econômicas, conforme apresentado acima. Essa coordenação, é baseada na competição em que “cada empresa, cada indivíduo, é um concorrente que toma suas decisões de forma independente”, levando em conta que os padrões econômicos vão sendo estabelecidos pelos concorrentes no processo competitivo. O Mercado enquanto instituição, torna-se então fundamental para a sociedade moderna que é organizada conforme o sistema capitalista (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 13).

Segundamente, em contrapartida, se partirmos do pressuposto que “o Estado é a matriz das demais instituições”, então o Estado que deve realizar a regulação dos direitos econômicos, assim como os demais direitos de uma sociedade. No entanto, na questão econômica, a regulação do Estado é feita através da coordenação do Mercado. Sendo assim, o Mercado “é a instituição que complementa a coordenação mais ampla realizada pelo Estado”. Logo, um complementa a função do outro e não se opõem (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 7).

Todavia, segundo a lógica neoliberal, o Estado deveria se tornar mínimo e que houvesse então uma “desregulação dos mercados”. Isso significou quatro coisas para o Estado que o autor Bresser-Pereira (2009) dividiu em:

Primeiro, que [o Estado] deixasse de se encarregar da produção de determinados bens básicos relacionados com a infraestrutura econômica; segundo, que desmontasse o Estado [de bem-estar] social, ou seja, todo o sistema de proteção social por meio do qual as sociedades modernas buscam corrigir a cegueira do mercado em relação à justiça social; terceiro, que deixasse de induzir o investimento

²² Isso em conformidade com o pensamento de Say referente a Lei dos Mercados, já aplicado no século XIX através do mecanismo de preços como forma de alocação de recursos no mercado (HUNT, 1989).

produtivo e o desenvolvimento tecnológico e científico, ou seja, de liderar uma estratégica nacional de desenvolvimento; e, quarto, que deixasse de regular os mercados e principalmente os mercados financeiros porque seriam autorregulados (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 8-9).

Dessa forma, o “Estado forte” com disciplina orçamentária sugerido por Hayek (1958), conforme apresentado no capítulo anterior, se revelou na verdade apenas no enfraquecimento do Estado. Pois o objetivo de que o Estado deixasse de regular o Mercado, somou-se com as crises dos anos 1970²³ e, assim, passou a ser muito oneroso para o Estado continuar mantendo esse sistema de proteção social e os investimentos em desenvolvimento e tecnologia.

Esses fatores são alguns dos que resultaram nas conhecidas privatizações, ou seja, passar uma empresa estatal que produz algum bem de setor estratégico (como petróleo e aeronaves) ou que realiza a prestação de serviço básico (energia; saúde; educação), para a gestão de uma empresa privada. Sendo assim, a produção desses bens fica “nas mãos” do Mercado e todos os direitos da sociedade de receber esses serviços básicos, também. Além do mais, a receita das produções dos bens deixa de ser arrecadada pelo Estado e passam ser da empresa privada que adquiriu a estatal.

Esse era o cenário do Estado enquanto instituição, no início da década de 1980, ou seja, passando por vários processos de privatização, com intuito de “se salvar” dos desdobramentos dos Choques de Petróleo. Entretanto, conforme Roy (2001) a privatização é, essencialmente:

The transfer of productive public assets from the state to private companies. Productive assets include natural resources [like] the Earth, forest, water, air. These are assets that the State holds in trust for the people it represents [...] To snatch these away and sell them as tock to private companies is a processo of barbaric dispossession on a scale that has no parallel in history²⁴ (ROY, 2001, p. 43).

Nesse contexto, o Estado deveria deixar de assistir os setores sociais e de direitos básicos de uma nação para que o Mercado passasse a suprir essas assistências, em nome de uma disciplina orçamentária. Desta maneira, o Estado deixaria de promover as garantias e direitos fundamentais de qualquer sociedade. Isto posto, é válido ressaltar que as garantias e

²³ As crises econômicas da década de 1970 ficaram conhecidas como os Choques de Petróleo, em razão da suba dos preços dos barris de petróleo estabelecido pelos países árabes da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Essa suba ocorreu devido ao *déficit* na oferta do petróleo, que se deu com início da nacionalização petrolífera e com as guerras que ocorriam em alguns países do Oriente Médio durante as décadas de 1960-70.

²⁴ A transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuram entre os ativos produtivos, os recursos naturais como a Terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa [...] Apossar-se desses ativos e vende-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história (tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves em “O Novo Imperialismo”, Harvey, 2005).

direitos fundamentais de uma sociedade, passaram por aprovação internacional em uma conferência da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948 que resultou na Declaração Universal dos Direitos Humanos como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações (NAÇÕES UNIDAS, s/a).

Portanto, qualquer Estado deveria promover esses direitos, independente de regime político, em razão do contexto em que se encontravam os Estados após a Segunda Guerra Mundial. Em conjunto desta declaração, foi desenvolvido também, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (do qual o Brasil é um Estado-parte) e que possui algumas prerrogativas básicas para os indivíduos como:

Art. 6º, parágrafo 1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito ao trabalho, que compreende o direito de toda pessoa de ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito, e tomarão medidas apropriadas para salvaguardar esse direito.

2. As medidas que cada Estado Parte do presente Pacto tomará a fim de assegurar o pleno exercício desse direito deverão incluir a orientação e a formação técnica e profissional, a elaboração de programas, normas e técnicas apropriadas para assegurar um desenvolvimento econômico, social e cultural constante e o pleno emprego produtivo em condições que salvaguadem aos indivíduos o gozo das liberdades políticas e econômicas fundamentais.

Art. 7º. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, que assegurem especialmente:

- a) Uma remuneração que proporcione, no mínimo, a todos os trabalhadores:
 - i) Um salário equitativo e uma remuneração igual por um trabalho de igual valor, sem qualquer distinção; em particular, as mulheres deverão ter a garantia de condições de trabalho não inferiores às dos homens e perceber a mesma remuneração que eles por trabalho igual;
 - ii) Uma existência decente para eles e suas famílias, em conformidade com as disposições do presente Pacto;
- b) À segurança e a higiene no trabalho;
- c) Igual oportunidade para todos de serem promovidos, em seu trabalho, à categoria superior que lhes corresponda, sem outras considerações que as de tempo de trabalho e capacidade;
- d) O descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas, assim como a remuneração dos feridos.

Art. 8º, parágrafo 1. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a garantir:

- a) O direito de toda pessoa de fundar com outras, sindicatos e de filiar-se ao sindicato de escolha, sujeitando-se unicamente aos estatutos da organização interessada, com o objetivo de promover e de proteger seus interesses econômicos e sociais. O exercício desse direito só poderá ser objeto das restrições previstas em lei e que sejam necessárias, em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou da ordem pública, ou para proteger os direitos e as liberdades alheias [...].

Art. 9º. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à previdência social, inclusive ao seguro social (PLANALTO, 1992).

A luz disso, vê-se que os direitos e garantias fundamentais de cada indivíduo, devem ser promovidas como prioridade pelo Estado, em conformidade com a realidade econômica de cada país e, não repassar essa obrigação para o Mercado. Porém, o Estado ao dissolver essa

assistência de bem-estar social para os setores privados, em nome de uma disciplina orçamentária e ao deixar de regular a coordenação do Mercado, deixou que ocorresse o que Bresser-Pereira (2009) chamou de “assalto ao Estado”, levando em conta que o pensamento neoliberal pretendeu aumentar o poder do Mercado à custa do enfraquecimento do Estado.

Por esse ângulo, conforme Duménil e Lévy (2007) os anos 1970, são de grande importância para entender o neoliberalismo. Pois, com os Choques do Petróleo que ocorreram naquela década, crises econômicas e políticas se configuraram no Sistema Internacional, das quais estas interferiram na inflação e na rentabilidade dos lucros da economia mundial. Além disso, ocasionaram uma queda na renda da classe financeira do sistema capitalista. Essa queda foi um acontecimento desfavorável para o mercado da bolsa de valores que não estava aquecido, mas sim em declínio, devido ao aumento do preço dos barris de petróleo que acarretou na estagflação²⁵ da economia mundial (DUMÉNIL; LEVY, 2007).

Desse modo, o declínio da bolsa de valores e a queda da renda da classe financeira mundial, foram outros fatores que influenciaram de forma crucial na diminuição da atuação do Estado na economia, tendo em vista que a partir deste momento, as elites econômicas passaram a ser atingidas. Duménil e Lévy (2007) demonstram isso ao apresentarem que “entre a Segunda Guerra Mundial e o começo dos anos 1970, o 1% mais rico das famílias dos EUA tinha mais de 30% da riqueza total do país; durante a primeira metade dos anos 1970, essa porcentagem tinha caído para 22%” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p.3).

Sendo assim, essa elite econômica foi a classe que definiu a sociedade neoliberal. Pois, conforme Bresser-Pereira (2009), o neoliberalismo ao contrário do liberalismo – que foi promovido por uma classe burguesa e revolucionária no século XVIII – é a ideologia que a elite econômica mundial usou no final do século XX para enriquecer e para dissolver as conquistas do Estado de bem-estar social, ou seja, enfraquece-lo enquanto instituição. Em conjunto disso, a partir dos anos 1980, “as teorias neoliberais se tornaram dominantes, o Estado passou a ser visto como obstáculo e a política foi identificada com a corrupção ou a busca desonesta de rendas ou então com o populismo econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 20).

Em vista disso, essa elite econômica mundial se aproveitou desse contexto para transcender seu campo de atuação. Portanto, essa elite pode ser chamada de classe

²⁵ Estagflação é uma situação em que ocorre o aumento do nível dos preços de forma generalizada (inflação) sem o aumento no crescimento econômico. Dessa forma, se caracteriza um processo de recessão econômica, em que as empresas diminuem suas atividades econômicas, aumentando a taxa de desemprego, devido a contenção de gastos por causa do aumento dos preços. E isso que causa a falta de crescimento econômico refletido no PIB de um país.

transnacional, no sentido de que dentro desta classe podem estar grupos, empresas, corporações e afins que conseguem exercer

autoridade além das fronteiras nacionais quando alocam recursos no plano internacional. [...] As [classes] transnacionais tomam decisões sobre investimentos numa escala global, transferindo dinheiro de um país para outro. [...] Isso significa que a produção é alocada consciente e politicamente (GILL; LAW, 2007, p.170).

Desse modo, esta classe de grupos empresariais é a mesma que Lênin (1917) apresentou como imperialista, em razão do caminho ao monopólio que estava sendo guiado por essa classe ao se utilizarem de seu poder de barganha para influenciar na política de seus Estados, à custa de seu beneficiamento financeiro.

Diante o exposto, o neoliberalismo conseguiu criar com esse cenário, situações de mercado e produzir o comportamento de um indivíduo como caminhos estratégicos. A situação de mercado apresentada pelo neoliberalismo, se difere da Escola Neoclássica em relação a concorrência, em que no pensamento Neoclássico “a ação racional dos agentes pode idealmente conduzir ao equilíbrio”. Já na proposta neoliberal, “a concorrência é vista no mercado como um processo de descoberta da informação e da conduta do sujeito que tenta superar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro”, ou melhor dizendo, a concorrência parte da competição e da rivalidade, não mais da racionalidade (DARDOT; LAVAL, 2009, p.135).

Dessa forma, a luta dos agentes passa a descrever a vida econômica como um todo e não apenas um equilíbrio a ser definido e buscado pelo Mercado. Com isso, o comportamento do indivíduo que era apenas racional, passa a ser empresarial, uma vez que o “ator real é o [indivíduo] empreendedor, movido pelo espírito empresarial [...] e cujo o único freio é o Estado, quando este trava ou suprime a livre competição” (DARDOT; LAVAL, 2009, p.135-136). Ou seja, o comportamento do indivíduo empresarial que conduz a luta dos agentes econômicos através da concorrência que passou a ser focada na competição e na rivalidade.

Em consequência disso, a mudança do modo de pensar a vida econômica do indivíduo na sociedade, foi o que inspirou pesquisas no âmbito acadêmico como também no âmbito político para a aplicação deste comportamento como forma estratégica de se posicionar no Sistema Internacional. É nesse contexto então, que os Estados potência aplicam essas pesquisas sobre inovação e informação de comportamento individual e estatal, em suas políticas externas (DARDOT; LAVAL, 2009).

3.1 Gênese da interferência estadunidense

Conforme apresentado no capítulo anterior, os Estados passam a articular políticas que beneficiassem as elites econômicas, em razão da alocação de recursos privados que esta classe poderia proporcionar ao investir no território de um Estado. Sendo assim, as políticas neoliberais passaram a ser implementadas em nome do enriquecimento desta classe. Dito isto, podemos iniciar a análise então do comportamento dos Estados hegemônicos naquele período (Estados Unidos e Inglaterra), os quais implementaram essas políticas em sua atuação no Sistema Internacional.

Primeiramente referente à Inglaterra, é preciso mencionar Margaret Thatcher, primeira ministra do Reino Unido, eleita em 1979 e que ao buscar uma estrutura mais adequada para atacar os problemas econômicos de sua época, resgatou o pensamento neoliberal – que estava apenas no âmbito teórico até aquele momento – e se direcionou “para o seu corpo de pensadores em busca de inspiração e recomendações” durante seus dois mandatos (Margaret foi reeleita em 1983) (HARVEY, 2005, p. 130).

Na Inglaterra, “a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal”, em que “o resultado foi transformar em objetivos das políticas do Estado a ‘expropriação das terras comuns’”. Essa expropriação, se deu através dos ativos de propriedade do Estado que foram entregues ao Mercado para que o capital sobreacumulado pudesse concentrar novos lucros. Sendo assim, “novos campos de atividade lucrativa foram abertos e isso ajudou a sanar o problema da sobreacumulação por um tempo” (HARVEY, 2005, p. 130-131).

Nesse caso, o primeiro ativo a ser privatizado na Inglaterra foi o grande estoque de habitação social. Naquele momento, certa classe pôde se tornar proprietária de um ativo (no caso os imóveis que adquirissem), por um custo relativamente baixo. Entretanto, essa mudança de condição passou por uma especulação imobiliária, devido à valorização de certos locais no centro de Londres e isso causou a expulsão de populações de baixa renda para as periferias, uma vez que estes não conseguiam arcar com o aumento no custo de vida causado por essa valorização. Isso ocasionou uma intensa ocupação de imóveis pela classe média, o que pôde ser chamado de *gentrification*²⁶. Além disso, na Inglaterra,

²⁶ Conceito criado pela socióloga britânica Ruth Glass (1912-1990) em “London: Aspects of Change” (1964). O termo vem da palavra *gentry* (pequena nobreza) e refere-se à concentração de novos moradores em zonas urbanas antigas ou populares de uma região que chamam atenção pela sua arquitetura e equipamentos históricos e pelo baixo custo de investimento. No entanto, a concentração desses novos moradores tende a provocar a valorização da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida no local. Além de causar à expulsão das classes de baixa renda desses centros para a periferia (ÂLCANTARA, 2018).

a privatização de serviços (água, telecomunicações, eletricidade, energia e transporte), a liquidação de empresas públicas e a moldagem de outras instituições públicas (como as universidades) de acordo com a lógica comercial, levaram à radical transformação do padrão dominante de relações sociais e a uma redistribuição de ativos que favoreceu cada vez mais antes as classe altas do que as baixas (HARVEY, 2005, p. 131).

Dito isto, nota-se que o Estado passou a exercer sua função neoliberal de diminuir sua área de controle ao cortar gastos com as proteções sociais que, conseqüentemente, favorecia a elite econômica nacional e internacional. Isso pode ser identificado através da união de Thatcher com o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan (1981-1989), a qual “transformou a orientação da atividade do Estado, que abandonou a busca do bem-estar social e passou a apoiar ativamente às condições ‘do lado da oferta’ da acumulação do capital” (HARVEY, 2005, p. 130).

Com a Inglaterra como aliada, os Estados Unidos obtiveram uma aprovação internacional para realizar o que Harvey (2008) chamou de “revolução neoliberal”, ou seja, uma mudança estrutural no Sistema. Para isso, a realização desta mudança na ordem do Sistema Internacional, precisou-se da utilização de métodos democráticos, em razão de que a magnitude desta mudança exigia que houvesse antes um consentimento político amplo da população (HARVEY, 2008).

Dessa forma, a invocação de *slogans* políticos pôde ser usada para mascarar estratégias específicas por trás de vagos artificios retóricos. Esses artificios podem ser os valores culturais e tradicionais como a crença em Deus (*God bless America*), o temor à algum inimigo em comum (comunista, terrorista) ou até o valor de liberdade. Estes artificios, puderam ser usados então para mascarar outras realidades como a influência e lucratividade que um Estado obteve ao mobilizar essas estratégias, além do beneficiamento das classes transnacionais ao financiarem esses movimentos (HARVEY, 2008).

Diante disto, foi durante a década de 1970 que os Estados Unidos redirecionaram parte de seus esforços políticos e econômicos, para o desenvolvimento de estratégias que garantiriam o consentimento político da população estadunidense em relação às propostas neoliberais e mais adiante, para construir esse consentimento além de suas fronteiras. Nesse sentido, Harvey (2008) apresenta que o Estado ao invés de se ocultar ou se enfraquecer, passou a trabalhar em prol do mercado e do capital internacional (OLIVEIRA, 2009).

Assim sendo, pode-se dizer que esse consentimento partiu do âmbito doméstico para se consolidar no Sistema Internacional, devido à continuidade da promoção das políticas

neoliberais por diversos países, além dos EUA e da Inglaterra, como a África do Sul, México, Chile, Argentina e Brasil. Esses países passaram a seguir uma espécie de receituário para estabelecer a disciplina fiscal no Estado e para conseguir a aprovação de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou do Banco Mundial (BIRD), os quais proporcionavam juros mais acessíveis (HARVEY, 2005).

Essa foi então a troca de “favores” que os Estados Unidos fomentaram entre eles e os países em desenvolvimento da periferia, para que estes seguissem a lógica neoliberal, no intuito de que esta lógica se consolidasse como uma ordem no Sistema Internacional. Isso era importante, em razão da expansão da zona de influência que os EUA estavam preocupados em estabelecer, devido à divisão do mundo durante a Guerra Fria, entre bloco capitalista e socialista. Desse modo, a expansão do pensamento neoliberal pelo globo, também significava a expansão e manutenção do sistema capitalista.

Desta maneira, podemos analisar, conforme Harvey (2008) que a crise fiscal de Nova York durante a década de 1970, foi utilizada de modelo para a aplicação de propostas neoliberais de disciplina orçamentária. A cidade passou por cortes de recursos federais que deixaram o município ainda mais exposto à recessão econômica que o mundo estava passando com os Choques do Petróleo e isso “aumentou a distância entre receitas e despesas no orçamento da cidade”. A falta de receita para pagar as dívidas, levou a cidade praticamente à falência e, para o resgate, instituições foram construídas para assumirem a administração do orçamento do município (HARVEY, 2008, p. 55).

O problema é que para o resgate desta crise, as instituições possuíam total liberdade para gerir as receitas dos impostos e se utilizaram disto para pagar primeiramente a dívida com os acionistas e aplicarem apenas o restante nos serviços essenciais.

Por conseguinte,

o efeito disso foi jogar por terras as aspirações dos fortes sindicatos municipais da cidade, implementar congelamentos de salário e cortes no emprego público e na manutenção de serviços sociais (educação, saúde pública serviços de transporte) e impor cobranças de taxas aos usuários [...] Isso foi equivalente a um golpe das instituições financeiras contra o governo democraticamente eleito da cidade de Nova York (HARVEY, 2008, p. 56).

Sendo assim, na tentativa de “salvar” o município, as negociações entre a cidade, o Estado e as instituições financeiras se concentraram basicamente em satisfazer os banqueiros de investimento ao mesmo tempo em que fosse reduzido o padrão de vida da maioria da população de Nova York. Isso proporcionou uma redistribuição de riqueza favorável às

classes altas. Além do mais, os banqueiros de investimentos se aproveitaram para reestruturar a cidade de acordo com seu próprio programa, o qual seria a “criação de um clima de negócios favorável” (HARVEY, 2008, p. 57).

Neste momento, as instituições de elite da cidade passaram a se empenhar para mobilizar a abertura do campo cultural artístico, da moda, do consumo e da sexualidade para vender a imagem de Nova York como um centro cultural e turístico (por exemplo, foi quando se criou o logotipo *I Love New York*). Com isso, “Nova York se tornou o epicentro da experimentação cultural e intelectual pós-moderna” levando a cidade para uma verdadeira “neoliberalização da cultura”. Nessa lógica, a administração da cidade passou a ser levada cada vez mais como uma entidade empreendedora ao invés de uma gestão pública em si (HARVEY, 2008, p. 58).

No entanto, a falta do conteúdo democrático e representacional da governança local, ao longo prazo, permitiu que a classe trabalhadora e étnico-imigrante fosse marginalizada, atacada pelo racismo e por uma epidemia de consumo de *crack* nos anos 1980 que deixou muitos jovens mortos, encarcerados ou sem teto, em que os sobreviventes mais tarde foram afetados pela epidemia de Aids que se desenrolou na década de 1990. Além disso, “a redistribuição de renda através da violência criminosa, se tornou uma das poucas opções reais para os pobres”. Porém, as autoridades a fim de retaliarem esses movimentos em favor da burguesia “cansada de ter de enfrentar na porta de casa o efeito dessa devastação”, reagiram criminalizando comunidades inteiras e, assim, “as vítimas foram consideradas culpadas” (HARVEY, 2008, p. 58-59).

Dessa forma, na década de 1980 o bem-estar corporativo tomou o lugar do bem-estar social e, a administração da crise fiscal de Nova York “abriu pioneiramente o caminho para as práticas neoliberais” em escala nacional com o presidente Reagan e no âmbito internacional com a ajuda das instituições financeiras internacionais, FMI e BIRD. Conseqüentemente, esta crise “acentuou que o papel do governo é criar um clima de negócios favorável e não cuidar das necessidades e do bem-estar da população em geral” (HARVEY, 2008, p. 59).

Para a generalização deste pensamento à nível nacional, as elites econômicas se propuseram a passar por algumas etapas que garantiriam o consentimento político da população frente as propostas neoliberais. O primeiro passo, foi capturar o Partido Republicano como instrumento particular, porém, como o partido “precisava de uma sólida base eleitoral para colonizar de fato o poder”, o segundo passo foi os republicanos buscarem uma aliança com a direita cristã. O terceiro passo, foi se aliar com o nacionalismo cultural da classe trabalhadora branca que estava ressentida pelas condições inseguras da economia e se

sentia excluída dos benefícios distribuídos pelos programas do governo de ações afirmativas (HARVEY, 2008, p. 60-61).

Por último, a elite econômica estadunidense passou a financiar o movimento de intelectuais neoconservadores²⁷ que não criticavam a intervenção do Estado no âmbito doméstico ou externo, mas sim viam como problema “os ‘liberais’ que haviam usado excessivo poder do Estado para favorecer grupos específicos como negros, mulheres e ambientalistas” e “o efeito disso foi desviar a atenção do capitalismo e do poder corporativo como possuidores de qualquer relação que fosse com os problemas econômicos” e sociais que as propostas neoliberais de lógica individual estavam causando (HARVEY, 2008, p. 61).

Com isso,

a estrutura política que surgiu era bem simples. O Partido Republicano pôde mobilizar amplos recursos financeiros e sua base popular para votar contra seus interesses materiais por motivos culturais/religiosos, enquanto o Partido Democrata não podia cuidar das necessidades materiais de sua base popular tradicional (por exemplo, lutar em favor de um sistema nacional de assistência à saúde) por medo de ofender os interesses de classe capitalistas (HARVEY, 2008, p. 62)

Diante o exposto, vê-se que “a hegemonia política do Partido Republicano tornou-se mais garantida” e a eleição de Reagan foi apenas o primeiro passo no longo processo de consolidação da virada neoliberal à nível nacional, tendo em vista que as políticas de Reagan estavam centradas na redução generalizada da regulamentação federal da indústria, do meio ambiente, da assistência à saúde e do Mercado. (HARVEY, 2008, p. 62) Logo, houveram transferências de ativos públicos para os agentes privados; revisões do regulamento fiscal para reduzir os impostos às grandes corporações; neutralizações do trabalho e das organizações trabalhistas; desindustrializações de regiões-chave (como o chamado cinturão de ferro) para tirar o poder da classe trabalhadora; além do incentivo às contratações flexíveis de trabalho para seguir a lógica neoliberal de trabalhador individual e assim, reduzir os custos com benefícios e direitos trabalhistas (HARVEY, 2008).

²⁷ De acordo com Finguerut (2008), o termo neoconservador foi utilizado primeiramente pelo Partido Democrata ao se referirem a ex-colegas que migraram para o Partido Republicano e assim, ao longo da década de 1960 o termo ganhou uma forma pejorativa. No entanto, este foi ressignificado quando ganhou a definição de Irving Kristol na década de 1990. Kristol (1995) afirmava que “os neoconservadores eram os liberais que foram assaltados pela realidade”. Ademais, Kristol apresentou que o pensamento neoconservador se faz na política externa ao promover os valores norte-americanos e assegurar o papel dos Estados Unidos como única superpotência com condição de preservar a ordem mundial. Dessa forma, a supremacia militar estadunidense criou, no plano doméstico, uma nova identidade nacional de destino messiânico. Entretanto, essa identidade na política externa, refletiu no apoio as intervenções militares que ocorreram na década de 1990 e 2000 em alguns países como Iraque, Iugoslávia e Afeganistão.

Conforme Blyth (2002), a complexa fusão do monetarismo de Friedman, as expectativas racionais de Robert Lucas, a escolha pública de Buchanan e Tullock, e as ideias sobre “o lado da oferta de Arthur Laffer, foram as ideias econômicas que mobilizaram apoio à virada neoliberal”. Desse modo “uma política monetária estável associada a radicais cortes de impostos nas faixas mais altas produziria uma econômica mais saudável ao manter os incentivos à atividade empreendedora” (BLYTH, 2002, *apud* HARVEY, 2008, p. 65).

Esse apoio consiste na afirmação dos teóricos da Escola de Chicago ao apresentarem a efetividade da política monetária como forma de alterar o produto da economia (HUNT, 1989). Assim, a opção escolhida no governo Reagan foi a expansão da política monetária (aumento da oferta de moeda), em conjunto dos incentivos à atividade empresarial que também aumentariam a oferta, nesse caso, na oferta de produtos e serviços prestados, por exemplo, na Inglaterra, os contingentes de habitação social se tornaram parte da oferta do setor privado e nos EUA, como vimos pela crise de Nova York, a oferta veio do incentivo as artes, moda e turismo.

Entretanto, Harvey (2008) afirma que é difícil efetivar a disseminação de ideias que era necessário para consolidar a chamada virada neoliberal. Para isso, o advento dos anos 1990 – em que “a maioria dos departamentos de econômica das grandes universidades acadêmicas e das escolas de negócios foi dominada por modos neoliberais de pensamento” – fez com que estas universidades servissem de campos de treinamento para estrangeiros que aprendiam essas ideias nos Estados Unidos e aplicavam em seus países de origem, “por exemplo, as principais figuras da adaptação chilena e mexicana ao neoliberalismo que eram economistas treinados nos EUA” (HARVEY, 2008, p. 65).

Assim sendo, podemos concluir que os esforços da elite econômica em estabelecer um consentimento político em relação as ideias neoliberais se iniciou na década de 1970 com a crise fiscal de Nova York e se efetivou em escala nacional na década de 1980 com Reagan na presidência ao alcançar um enorme nível de influência perante a população. No plano internacional, foi após os anos 2000 que a elite se utilizou desta influência para restaurar sua parcela de riqueza e renda nacional e seu poder como classe transnacional “em oposição ao dismantelamento do poder da classe trabalhadora”. Nesse sentido, o sucesso de Reagan e Thatcher com a virada neoliberal pode ser avaliada a partir da “apropriação de posições políticas e ideologias minoritárias e as transformaram em corrente majoritária” (HARVEY, 2008, p. 73).

Além disso, a genialidade do sucesso desta virada,

esteve na criação de um legado e de uma tradição que envolveram os sucessores de ambos [Clinton sucessor de Reagan e Blair sucessora de Thatcher] numa teia de restrições [...] em que estes, pouco mais podiam fazer além de continuar a boa obra da neoliberalização, que isso os agradasse ou não (HARVEY, 2008, p. 74).

Em suma, a lógica neoliberal pôde ser caracterizada como nova ordem no Sistema Internacional, em razão de que

o livre mercado [...] tornou-se o meio primário de criar vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio [...] o veículo primário da acumulação por espoliação tem sido, por conseguinte, a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a desmantelar suas proteções [sociais] (HARVEY, 2005, p. 147).

Portanto, o neoliberalismo ao penetrar-se de forma efetiva no mundo de fala inglesa, não havia mais como negar sua importância adquirida como guia do funcionamento do capitalismo no Sistema Internacional. Por essa razão, podemos definir que a interferência dos Estados Unidos nas formulações de políticas em outros países, como um Estado hegemônico e imperialista, se deu através do seu papel disseminador da lógica neoliberal como forma de manutenção da lucratividade do capitalismo contemporâneo e das classes transnacionais.

Isso pôde ser feito por meio da acumulação por espoliação ao utilizar-se do neoliberalismo como ferramenta deste novo imperialismo. Em vista disso, podemos seguir a análise para a preocupação dos Estados Unidos com a América Latina ao aplicar a lógica neoliberal nestes países quando organizou e desenvolveu o Consenso de Washington em 1989.

3.2 Consenso de Washington

Durante a década de 1980, enquanto os Estados Unidos estavam reestruturando toda sua economia em torno das propostas neoliberais e a classe transnacional recuperava seu *status* social, a América Latina, por outro lado, passava pelo que foi chamado de “década perdida”. Esse nome foi dado em razão da falta de crescimento, de desenvolvimento e dos altos níveis de inflação que os países da América Latina vinham enfrentando desde os Choques do Petróleo. Esses fatores, causaram desconfiança nos investidores que levou a crescente fuga de capitais e, sem investimento de capital estrangeiro, os países entraram na estagnação econômica (BANDEIRA, 2002).

Em conjunto disso, a suba das taxas de juros dos países credores, fez com que o final do século XX fosse marcado pelo aumento disparado da dívida externa para os países da América Latina, em razão da taxa de juros não ser fixa, então com o aumento do preço do petróleo, a taxa de juros que era flutuante subiu e, em seguida, o montante da dívida também. Além disso, foi identificado nesse período, enormes déficits nas balanças de pagamento²⁸ pelo fato da queda nas exportações, levando em conta que os produtos ficaram mais caros internacionalmente devido a inflação. Por conseguinte, essa crise começou a conflitar com os interesses dos Estados Unidos, tendo em vista que a capacidade da América Latina de importar havia se reduzido drasticamente e o pagamento da dívida externa estava estritamente comprometido (BANDEIRA, 2002).

Nessa perspectiva, a crise que afetava a América Latina e assombrava os EUA, levou o *Institute for International Economics* a promover uma conferência em novembro de 1989, com o nome "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", da qual se reuniram funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais – FMI, Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – especializados em assuntos latino-americanos (BATISTA, 1994).

Além disso, estavam presentes também, economistas convidados de oito países da América Latina, os quais eram da Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Essa conferência, obtinha a finalidade de formular um diagnóstico e sugerir recomendações para a superação da crise dos anos 1980 e ajustar a balança de pagamentos (BANDEIRA, 2002). No entanto, de acordo com a análise de Batista (1994),

embora com formato acadêmico e sem caráter deliberativo, o encontro propiciaria oportunidade para coordenar ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas. Por isso mesmo, não obstante sua natureza informal, acabaria por se revestir de significação simbólica, maior que a de muitas reuniões oficiais no âmbito dos foros multilaterais regionais (BATISTA, 1994, p. 5-6).

Nesse contexto, a avaliação feita em conjunto das diversas entidades dos EUA e da AL, registrou um amplo consenso em relação às propostas apresentadas. Dentre estas propostas, estava o documento apresentado pelo economista John Williamson, o qual continha 10 propostas de reforma econômica. Esse documento, visava a estabilização monetária e o restabelecimento das leis de mercado. Dessa maneira, as propostas consistiam em:

²⁸ A balança de pagamentos é o que registra todas as transações econômicas realizadas entre os residentes de um país com os residentes dos outros países do mundo. Nesse sentido, é um instrumento de contabilidade nacional e seu saldo é obtido através da diferença entre as Transações Correntes (TC) e a Conta Capital Financeira (CCF). É com esse balanço, por exemplo, que se sabe quanto um país importou e exportou, quanto gastou e arrecadou e quanto emprestou ou doou (CARVALHO; SILVA, 2017).

1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as lei do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade (BANDEIRA, 2002, p. 135).

A luz disso, nota-se que em relação à privatização das empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização do comércio, foi constituído uma condição fundamental para que os países da América Latina pudessem renegociar a dívida externa e receber recursos das agências financeiras internacionais. Além disso, referente a liberalização do comércio, os Estados Unidos conseguiram atender à pressão dos exportadores norte-americanos e eliminou o déficit comercial com a América Latina, uma vez que a região obteve capacidade para importar novamente, a partir dos novos ajustes fiscais e monetários (BANDEIRA, 2002).

Entretanto, os países latino-americanos passaram a depender sempre dos financiamentos do BID ou do BIRD para realizar projetos de desenvolvimento como a execução de obras públicas. Isso significou, a sujeição das políticas econômicas e das decisões de investimentos desses países, à fiscalização internacional que ditava condicionalidades para a aprovação dos financiamentos como, por exemplo, a fixação de limites para gastos militares. Ademais, a liberalização do comércio adquiriu um caráter unilateral, uma vez que a América Latina estava abrindo seu mercado por completo para o comércio internacional, enquanto os EUA não estavam preocupados em comprar produtos latino-americanos, mas sim em assegurar que o resto do continente apenas continuasse como sua área de exportação (BANDEIRA, 2002).

Para melhor compreender esse caráter unilateral, é válido apresentar que a proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)²⁹ em 1994, possibilitaria aos Estados Unidos o aumento de suas exportações para os países da América Latina, sem necessidade de negociar diretamente com os governos. Isso em razão da sua hegemonia perante os países presentes na ALCA. Sendo assim, os EUA obtiveram “o máximo de liberdade para movimentar bens e fatores de produção (exceto força trabalho)”, além da possibilidade de restrição da entrada de produtos latino-americanos em seu mercado, quando

²⁹ A ALCA foi uma proposta feita pelo presidente dos Estados Unidos, George Bush, durante a Cúpula das Américas, em Miami, no dia 9 de dezembro de 1994, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias entre 34 países americanos, formando assim uma área de livre comércio. Os países membros seriam os mesmos da Organização dos Estados Americanos (OEA), com exceção de Cuba, por exigência dos Estados Unidos, que mantinha um embargo econômico contra aquele país.

lhes conviesse, ou seja, os EUA passaram a restringir a entrada de exportações latino-americanas “sob os mais variados pretextos, como competição desleal, riscos sanitários, segurança nacional etc.” (BANDEIRA, 2002, p. 136).

E isso que garantiu o caráter unilateral da liberalização do comércio dos países da América Latina, pois esses países conseguiram voltar a importar dos Estados Unidos, após aplicarem as propostas do Consenso de Washington, todavia, por outro lado, a hegemonia estadunidense na ALCA³⁰ e, principalmente, na Organização Mundial do Comércio³¹ (OMC), fez com que este aplicasse regras do Comércio Internacional que dificultassem as exportações das regiões em desenvolvimento. Ainda mais sobre os produtos alimentícios (principal fonte de exportação dos países considerados agroexportadores³²). Diante disto, os EUA não precisariam importar produtos desses países, mas os países latino-americanos continuariam a demandar os bens de produção ou de capital³³ que os EUA exportavam, configurando assim, uma dependência comercial.

Dessa forma, podemos afirmar então que a conferência que recebeu informalmente o nome de “Consenso de Washington”, resumiu-se na “recomendação de que o Estado se retirasse da economia, quer como empresário quer como regulador das transações domésticas e internacionais, a fim de que toda a América Latina se submetesse às forças do mercado” (BANDEIRA, 2002, p. 136). Essas recomendações então, foram a aplicação de fato das políticas neoliberais propagadas pelos Estados Unidos na América Latina, o que chegaria então, conforme o objeto de estudo, nas políticas do Brasil.

Segundo Batista (1994) a aplicação dessas políticas na América Latina

se passaria, portanto, como se as classes dirigentes latino-americanas se houvessem dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam

³⁰ Nesse sentido, é importante ressaltar que o Brasil, posteriormente, não apoiou a criação formal da ALCA exatamente em razão da dependência comercial que seria estabelecida no comércio internacional, devido à deterioração dos termos de troca (BANDEIRA, 2002).

³¹ A OMC, foi uma organização criada para servir de fórum desenvolvedor da liberalização do comércio internacional. Ela surgiu em janeiro de 1995 ao substituir o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), após uma de suas Rodadas de discussão. Essas Rodadas são as reuniões das quais os países se unem para debater e decidir as regras do comércio aberto internacionalmente.

³² Um país é considerado agroexportador quando a maior parte da sua pauta de exportação é preenchida por produtos agrícolas, da agropecuária ou da economia extrativista, ou seja, exportam basicamente Commodities, que são produtos considerados como matéria-prima e que podem ser produzidos em escala e estocados sem perda de qualidade. Com isso, o preço destes produtos pode ser determinado internacionalmente, dependendo da oferta e da demanda e, assim é o caráter de exportação da maior parte dos países latino-americanos.

³³ Bens de produção ou de capital, são considerados o setor de máquinas e equipamentos não transporte. Neste setor está incluído as máquinas utilizadas em processos manufatureiros, as máquinas agrícolas, elétricas, de mineração e construção. Além dos bens da tecnologia da informação e comunicação (TIC), como computadores e servidores (MIGUEZ, 2018). Desse modo, por serem máquinas que vão ser utilizadas como ferramenta para auxiliar na produção de outros produtos, estes bens possuem maior valor agregado do que as commodities, por exemplo, além de não ter seus preços definidos internacionalmente.

não tinha raízes externas - a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio - e se devia apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. Assim, a solução residiria em reformas neoliberais apresentadas como propostas modernizadoras (BATISTA, 1994, p. 7).

Um exemplo de como essas propostas foram passadas como projeto de modernização, é o que o autor apresenta ao ressaltar que em agosto de 1990, a FIESP³⁴ publicou um documento chamado “Livre para crescer – propostas para um Brasil moderno”, “no qual a entidade sugere a adoção de agenda de reformas virtualmente idêntica à consolidada em Washington”. Além disso, houve uma sugestão que não foi previsto pelo Consenso de Washington, mas sim pelo documento do Banco Mundial de 1989, intitulado *Trade Policy in Brazil: the Case for Reform* e, neste documento, se recomendava que a inserção internacional do Brasil voltasse a ser projetada pela valorização da agricultura de exportação (agroexportação), ignorando os projetos de industrialização estabelecidos após a década de 1930 (BATISTA, 1994, p. 6).

Para o autor, isso significou uma “volta ao passado, de inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários” (BATISTA, 1994, p. 6). Sendo assim, de maneira geral o que contribuiu para a aceitação do diagnóstico e das propostas neoliberais, conforme Batista (1994), foram quatro pontos, não necessariamente nesta ordem.

O primeiro ponto é a visão economicista dos problemas latino-americanos, que foi passada aos economistas e cientistas políticos formados nas universidades norte-americanas, de Chicago e Harvard, dos quais passaram “a pontificar uma visão clássica e monetarista dos problemas econômicos e alguns desses economistas foram chamados a ocupar posições de comando em seus países de origem, por exemplo, os Salinas de Gortari no México e Domingo Cavallo na Argentina” (BATISTA, 1994, p. 7).

O segundo ponto, foi a promoção de fundações estrangeiras e organismos internacionais que financiavam publicações e seminários que “monopolizariam o debate acadêmico no continente e que acabariam por influir fortemente na orientação das atividades extracurriculares das universidades latino-americanas, afogadas, junto com o Estado, em dificuldades financeiras” (BATISTA, 1994, p. 7).

O terceiro ponto apresentado, foram as vantagens que os setores empresariais esperavam retirar com as sugestões das propostas neoliberais de reforma tributária. E por último, o autor apresenta o papel da imprensa como quarto ponto ao colocar na defensiva

³⁴ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, órgão máximo da indústria paulista (BATISTA, 1994).

“todos os que não se dispusessem a aderir à autodenominada ‘modernização pelo mercado’, qualificando-os automaticamente como retrógrados ou ‘dinossauros’” (BATISTA, 1994, p. 7).

Desse modo, segundo o autor, as reformas comerciais e liberalizantes recomendadas pelo Banco Mundial, conseguiram ser aceitas no Brasil com o governo Collor ao assumir a postura de alinhamento aos interesses estadunidenses, na Rodada Uruguai 1986-1994 do GATT (nesta Rodada que fora fundada a OMC). Isso em razão de que o final da Guerra Fria reforçou o contexto da *Pax Americana*³⁵ no Sistema Internacional e assim, se tornou mais fácil a disseminação das propostas neoliberais pelos Estados Unidos. Por isso, segundo Batista (1994), criou-se um clima de conformismo em que os latino-americanos passaram a se comportar como países derrotados e reagiram

defensivamente, com complexo de culpa, como se estivessem saindo de uma longa noite de totalitarismo político e econômico, como se houvessem sido eles, juntamente com os países da Europa oriental, vencidos também na Guerra Fria. Resignados e acomodados, sem nenhuma vontade perceptível de se afirmar como verdadeiras nações (BATISTA, 1994, p. 8).

Esse sentimento, foi o que fez os países latino-americanos acreditarem ser inevitável à aceitação as propostas neoliberais norte-americanas, uma vez que essas serviram então “como condição para a cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral”. No entanto, esse sentimento gerou também a aceitação de dependência com os Estados Unidos o que para a elite econômica nacional parecia ser de ótimo grado como pode ser ilustrado pela “deslumbrada reação latino-americana à Iniciativa Bush, de eventual criação de uma Área Hemisférica de Livre Comércio mediante acordos bilaterais” (BATISTA, 1994, p. 6-8).

Dessa forma, a hegemonia estadunidense se caracterizou de forma imperialista na América Latina ao ser estabelecido uma dependência econômica e política desses países como forma de restaurar o poder de classe das elites econômicas (afetadas na década de 1970), via exportação, influenciando produtos e ideias nos mercados nacionais, conforme apresentado acima. Por isso, para Duménil e Levy (2007) o imperialismo se configura a partir de “práticas econômicas, políticas, culturais, etc., e [sua análise] não pode ser reduzida a nenhum dos seus componentes isolados” (DUMÉNIL; LEVY, 2007, p. 3).

No entanto, essa dependência foi considerada apenas uma “consequência” das decisões dos dirigentes latino-americanos e não como se tivesse sido algo imposto

³⁵ *Pax Americana* é um período referente a era da ascendência dos Estados Unidos na política internacional que começou com o final da Segunda Guerra Mundial e após o final da Guerra Fria, passou a ser reconhecido como Estado hegemônico no Sistema Internacional devido a sua supremacia militar, econômica e política (LAYNE, 2012).

externamente a partir da cooptação imperialista dos Estados Unidos. Isso foi possível devido ao sucesso do marketing neoliberal de identificação com a modernidade como algo natural, isto é, a iniciativa à essas propostas foram decisões próprias dos países, sem pedir reciprocidade (BATISTA, 1994).

Nesse sentido, Ibarra (2011) ressalta que

os grupos dominantes na América Latina e muitos de seus governos têm por hábito defender incondicionalmente estados de direito projetados *ad hoc* ou em acordos copulares excludentes. E ao mesmo tempo repudiam ou criticam como populismo inaceitável as garantias sociais modernas, como o seguro desemprego, o acesso generalizado aos serviços de saúde, a renda mínima garantida, por considerá-los inimigos da competitividade, da disciplina do trabalho ou como mecanismos redutores dos recursos de alto investimento (IBARRA, 2011, p. 246)

Ou melhor dizendo, países como os da América Latina dão mais credibilidade aos direitos negociados em acordos internacionais ou aos interesses externos, do que para aplicação de garantias sociais básicas (conforme apresentadas no tópico anterior) que supostamente deveriam ser alcançadas comumente por qualquer Estado dentro da sua realidade econômica. Por essa razão, Ibarra (2011) vai ao encontro de Batista (1994) ao evidenciar que

na América Latina, o insuficiente ativismo exportador marca o retorno à velha especialização na venda de artigos primários — produtos agropecuários, minerais, energéticos, máquinas simples —, enquanto se perde terreno e competitividade, na colocação de manufaturas ou serviços, onde se encontra um avanço tecnológico de caráter mundial (IBARRA, 2011, p. 242).

Com isso, o retrocesso da industrialização dos países latino-americanos, literalmente se efetivou em nome dos interesses norte-americanos e de suas agências financeiras internacionais em troca de empréstimos e aplicação de capital estrangeiro. Além disso, como expôs Ibarra (2011), a inserção das propostas neoliberais, alteraram “tanto a ordem social interna dos países, como a autonomia estatal ante o exterior” e isso no âmbito político significou “uma dissolução das soberanias dos Estados e entidades nacionais”, em nome do beneficiamento da classe transnacional que passara a ter fontes diversas de lucratividade com a desregulamentação dos mercados. Isso pode ser considerado como um problema à estratificação social dos Estados, uma vez que “os mercados não distribuem com mediana equidade, os frutos das redes produtivas e comerciais do mundo” (IBARRA, 2011, p. 240-241). Assim, as classes que comandavam essas redes produtivas saíram com vantagem em

relação às classes que não detinham nenhum meio de produção para que pudessem buscar sua renda de maneira autônoma.

Diante o exposto, vê-se que a estrutura econômica, política e social dos Estados que aderiram as propostas neoliberais, passou a se manter extremamente desigual. A estrutura econômica, pela relação de dependência comercial e financeira que foi criada no Sistema Internacional entre os Estados Unidos e a América Latina e que se refletiu internamente nos países pela desigualdade disparada de renda (como será apresentado melhor no próximo capítulo). A estrutura política, pela falta de representatividade dos interesses nacionais no âmbito doméstico e externo e, a estrutura social pela falta dos direitos básicos oferecidos pelo Estado.

Para as relações internacionais, essas mudanças estruturais significaram uma nova ordem estabelecida no Sistema Internacional, sob o comando dos Estados Unidos como *hegemon* e os outros continentes como seus seguidores. Portanto, podemos afirmar que “o neoliberalismo substituiu os dogmas do autoritarismo ou da religião, por um dogma civil, mais grosseiro ou mais sutil, porém certamente desumanizado” (IBARRA, 2011, p. 248). Na América Latina ou mais precisamente, no Brasil, isso foi estabelecido após as reformas sugeridas no Consenso de Washington terem sido aplicadas internamente durante a década de 1990.

Dito isso, conforme o objeto de estudo, no próximo capítulo serão analisados os condicionantes internos e externos que foram desenvolvidos no Brasil durante a década de 1990 para o estabelecimento dessas reformas neoliberais, mais precisamente durante o governo de FHC, tendo em vista que foi neste governo que fora finalizado esse processo de reforma neoliberal.

4 FORMAÇÃO DO PARADIGMA NEOLIBERAL NO BRASIL

Para melhor compreender as mudanças que se deram no governo brasileiro após as propostas neoliberais serem aplicadas, vamos analisar em que cenário o continente latino-americano se encontrava alguns anos depois de seguirem as propostas do Consenso de Washington.

Em relação aos aspectos econômicos, é válido ressaltar que naquele período, o pensamento da autorregulação dos mercados foi estabelecido de maneira intrínseca em diversificados setores dos Estados, de acordo com as propostas neoliberais. Como afirma Prado (2011) ao mostrar que “a teoria de que os mercados financeiros se equilibram automaticamente, influenciou de tal forma nas mentalidades, que mesmo com turbulências tão significativas e recorrentes [...] desde os finais dos anos 1990, nada foi feito para evitar o pior” (PRADO, 2011, p. 11).

Para as relações internacionais, conforme Cervo e Bueno (2008), três fatores influíram sobre o seu reordenamento. Esses fatores foram “a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos” em que dentro do contexto da globalização, fora constituído uma nova realidade econômica baseada no aumento do volume e da velocidade dos fluxos financeiros internacionais (CERVO; BUENO, 2008, p. 455).

Dessa maneira, para analisar o recorte temporal do objeto de estudo que representa o governo de Fernando Henrique Cardoso na presidência do Brasil, é preciso entender como esses fatores citados acima, se inseriram na realidade brasileira. Na política, durante a década de 1990, o Brasil passara pela transição do fim da Ditadura Militar (1964-1985) e do início do processo de redemocratização com o primeiro presidente eleito, após a ditadura, José Sarney (1985-1990). No entanto, o que parecia ser uma estabilidade política, passou a ser identificada como instável, após as contradições do governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) (VIZENTINI, 2003).

O fim do governo Sarney, caracterizou também o fim do foco no plano desenvolvimentista para a Política Externa Brasileira. Com isso, os planos de estabilização monetária se tornaram o principal direcionador das políticas públicas brasileiras e proporcionaram um espaço fértil para a aplicação do ideário neoliberal (BUENO; CERVO, 2008).

A partir do governo Collor, o Brasil passara a se alinhar diretamente com os Estados Unidos e a seguir as propostas neoliberais elaboradas pelo Consenso de Washington. Além disso, o impacto do seu impeachment em 1992 – que passou o governo para o seu vice-

presidente, Itamar Franco – se somou com a crise inflacionária do país e, dessa forma, o Brasil passando por instabilidades políticas e econômicas, dentro do cenário de globalização e supremacia norte-americana, optou pela resposta no apoio financeiro internacional promovido pelos Estados Unidos, FMI e Banco Mundial, o qual havia sido indicado como solução nas reuniões do Consenso de Washington. Logo, esses fatores fizeram com que fosse estabelecido o paradigma neoliberal como “imagem final do quebra-cabeça” (KUHN, 1998) da nova ordem mundial.

Assim, o paradigma neoliberal passou a ser considerado como imagem final do quebra-cabeça a partir da década de 1990, pois essa década foi caracterizada por um período de recuperação da estagnação econômica – vivenciada nas décadas de 1970-80 – dentro do guarda-chuva de respostas que o neoliberalismo fornecia. Tais respostas como políticas anti-inflacionárias, corte de gastos públicos e redução dos investimentos em infraestrutura produtiva e social, conforme apresentadas no capítulo anterior. No entanto, segundo Prado (2011), os custos sociais deste processo de recuperação econômica na América Latina, foram significativos, tendo em vista que 64 milhões de pessoas foram levadas à pobreza em uma década (de 1980 a 1990).

Por um lado, as políticas do Consenso de Washington conseguiram reduzir a inflação no Brasil “de 28% ao ano em 1994 para perto dos atuais 3% ao ano [em 2011]³⁶”, mas, por outro, “não reduziu a volatilidade das principais variáveis macroeconômicas” como a inflação que “continuou com fortes variações, os regimes cambiais que colapsaram atingindo a dívida pública, e as taxas de juros que seguiram flutuantes, devido às frequentes crises internacionais”, aumentando assim a dívida externa (PRADO, 2011, p. 13).

Consequentemente, as tentativas dos países latino-americanos de se adaptarem ao paradigma neoliberal fizeram com que o cenário da década de 1990, fosse marcado por “crises em sequência nos países emergentes”. Prado (2011), apresenta então que

ao final de 1994, quebra o México. Em 1997, ocorre a quebra dos “tigres asiáticos”; em 1998, a crise russa; em 1999, a brasileira; e em 2001, a argentina; A percepção de risco dos investidores internacionais, ao não diferenciar os países emergentes, e a maior exposição das contas de capitais destes países a fluxos especulativos, geravam um efeito em cadeia nas transações cambiais, [...] bem como gerava fuga de dólares, quebras bursáteis e bancárias, surtos inflacionários, e elevação das taxas de juros e da dívida pública, com efeitos negativos sobre rendimentos reais, empregos e níveis de pobreza [...] Até então, os países emergentes eram sinônimo de problema na agenda internacional (PRADO, 2011, p. 13-14).

³⁶ Atualmente, em 2019, a inflação continua na casa dos 3%. Porém, com variações dos 2 aos 4%, dependendo do índice (VALOR ECONÔMICO, 2019).

Diante o exposto, podemos perceber que o paradigma neoliberal foi estabelecido quando os países emergentes passaram de fato a seguir o receituário indicado pelos Estados Unidos e pelas suas agências internacionais parceiras, FMI e Banco Mundial. Desse modo, o sinônimo de problema na agenda internacional, se deu por vários fatores críticos de adaptação a esse paradigma como, por exemplo, o fator da evolução da população pobre e indigente na América Latina. Conforme Prado (2011), houve o aumento de 21 milhões de pessoas classificadas como indigentes na América Latina de 1990 a 2002.

No Brasil, enquanto se dava este aumento da classe pobre na década de 1990, o Banco Central (BACEN) promovia modificações para a abertura do mercado financeiro interno, de acordo com as propostas do Acordo de Basileia I³⁷, a fim de liberalizar de fato a economia brasileira e seguir o receituário do Consenso de Washington. Nesse sentido,

a abertura financeira de uma economia envolve dois processos independentes: a liberalização da conta de capital do balanço de pagamentos (ou seja, dos movimentos de capitais) e a permissão de transações monetárias e financeiras em moeda estrangeira no espaço nacional” (FREITAS; PRATES, 2001, p. 84).

Dito isto, foi nesse contexto que o presidente Fernando Henrique Cardoso fora eleito no Brasil, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), nas eleições de 1994. FHC foi “o primeiro presidente desde 1945 a ser eleito com maioria absoluta dos votos válidos (isto é, excluídos os brancos e nulos) em um único pleito”. Ele recebeu 34.377.198 votos, “que corresponderam a 54,3³⁸% dos votos válidos” (FOLHA, 1994).

Com essa taxa alta de aprovação, FHC possuía uma área de influência para atuação relativamente boa. Por isso, ao escolher aplicar o modelo neoliberal no Brasil, dando continuidade ao alinhamento de Collor com os Estados Unidos, permitiu que este processo passasse por aceitação e normalização de forma gradual. Isso deu margem para uma percepção de que o sistema de disciplina fiscal e redução de gastos sociais, fosse algo natural para a sociedade.

Dessa forma, neste capítulo será analisado como foi a aplicação do modelo neoliberal no Brasil, a partir dos condicionantes internos como a abertura do mercado financeiro sob o ordenamento do Banco Central brasileiro (BACEN) – enquanto órgão regulador das políticas

³⁷ O Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (*Basel Committee on Banking Supervision* – BCBS), criado em 1974 no âmbito do Banco de Compensações Internacionais (*Bank for International Settlements* – BIS), tem por objetivo reforçar a regulação, a supervisão e as melhores práticas bancárias para a promoção da estabilidade financeira. O Acordo de Basileia I (1988) estabeleceu recomendações para as exigências mínimas de capital para instituições financeiras internacionalmente ativas, para atenuar o risco de crédito (BCB, 2019).

³⁸ De acordo com a atualização do Tribunal Superior Eleitoral, realizada em maio de 1999, foram 55,22% dos votos válidos.

fiscais e monetárias do país – e dos condicionantes externos como a (re)definição da Política Externa Brasileira.

4.1 Análise dos condicionantes internos

Neste tópico será analisado a abertura do mercado financeiro do Brasil, a partir do ordenamento do Banco Central, com o intuito de entender como a instrumentalização deste órgão impactou na economia brasileira ao seguir as propostas neoliberais. Para isso, é preciso entender primeiro como funciona o BACEN enquanto instituição e depois, o que significou para a economia brasileira, sua abertura financeira durante o governo FHC. Ademais, será analisado os processos de privatizações como consequência desta abertura financeira.

Nesse sentido, ao analisar a fundação do Banco Central brasileiro, percebe-se que houve resistência para sua criação, devido ao longo processo que precisou para este órgão ser estabelecido como única autoridade monetária do país. Segundo Corazza (2006), o processo formal da criação do BACEN, levou 20 anos, tendo em vista que o processo partiu da criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em 1945, até a criação de fato do Banco Central do Brasil, em 31 de dezembro de 1964. Nesse meio tempo, quem exercia grande parte da função de um banco central³⁹ no Brasil, de acordo com as diretrizes da SUMOC, era o Banco do Brasil.

Contudo, foram necessários mais 22 anos para completar o aperfeiçoamento institucional e para que este se tornasse a única autoridade monetária do país, pois após sua criação, o BACEN ainda dividia funções de banco central com o Banco do Brasil. Assim, foi em 1988 com a promulgação da atual Constituição Federal, que este passou a ser totalmente responsável pelas políticas monetárias e fiscais do país (CORAZZA, 2006).

Dessa forma, a consolidação do BACEN como instituição superior aos demais bancos comerciais brasileiros, se deu no processo de redemocratização do país com o fim da ditadura militar e início do governo Sarney (1985-1990). Nessa lógica, o processo de abertura financeira da economia brasileira que resultou na liberalização dos movimentos de capitais –

³⁹ Funções de banco central, no sentido de que a função principal dos bancos centrais é a manutenção interna e externa do valor da moeda. A partir disso, é válido ressaltar que “a origem dos bancos centrais remonta ao século XVII, quando um banco comercial, ao financiar os gastos do Estado, passa a ter um privilégio de emissão de notas ou bilhetes, conversíveis em metal. Com o passar do tempo este banco vai se tornando o principal banqueiro do governo, vindo a ocupar, posteriormente uma posição de banco central” como ocorreu com o Banco da Inglaterra (NOVELLI, 2001, p. 25-26). Assim, “o orgulho de outros bancos centrais tem sido imitar fielmente o Banco da Inglaterra ou conseguir pequenas variações de seus métodos” (GAILBRAITH; SANVICENTE, 1997, p. 27). Para mais informações, conferir Novelli (2001).

iniciado no governo Collor (1990-1992) – foi finalizado no fim do governo FHC, com Armínio Fraga Neto na presidência do Banco Central de 1999-2003.

As principais modificações no mercado financeiro interno, após a liberalização dos movimentos de capitais durante a década de 1990, conforme a análise de Freitas e Prates (2001), se deram sobre o mercado secundário de ações⁴⁰ (bolsas de valores) e o mercado de crédito bancário domésticos. Essas modificações, ocorreram no sentido de que a liberalização no Brasil permitiu a absorção de volumes expressivos de investimentos estrangeiros de portfólio⁴¹ pelo país. Para o mercado de ações, a mudança se deu através do direcionamento dos investimentos estrangeiros para este mercado acionário doméstico. Já o mercado de crédito bancário, foi modificado pela iniciativa do investimento (doméstico) no mercado financeiro internacional, na tentativa de ampliar o *funding*⁴² dos bancos brasileiros (FREITAS; PRATES, 2001).

Sobre os impactos no mercado acionário, é válido indicar que o aumento dos investimentos estrangeiros nas bolsas de valores domésticas⁴³ se verificou devido ao cenário de expansão dos fluxos de capitais direcionados aos mercados emergentes em geral, a partir do final da década de 1980. Em relação ao Brasil, os investimentos estrangeiros foram atraídos “pelo grande potencial de valorização das bolsas de valores locais, associado ao processo de privatização em curso [...] e aos baixos preços das ações das empresas brasileiras” (FREITAS; PRATES, 2001, p. 88).

No entanto, o maior impacto a ser indicado, deve ser a queda que ocorreu no volume de investimento estrangeiro, na segunda metade da década de 1990, justamente o período do primeiro governo de FHC. Essa queda se deu por diversos fatores. Entre os fatores externos, pode-se ressaltar as crises em sequência nos países emergentes, conforme apresentado no início do capítulo, que resultou na fuga do capital estrangeiro dos investimentos externos no

⁴⁰ O mercado de ações é dividido em Primário e Secundário. “O Mercado Primário compreende o lançamento de novas ações no mercado como forma de captação de recursos para uma empresa. Uma vez ocorrendo esse lançamento inicial ao mercado, as ações passam a ser negociadas no Mercado Secundário, onde ocorre a troca de propriedade de título”, ou seja, quem vende as ações no mercado primário é a companhia e no secundário é o indivíduo investidor. Por isso, os negócios realizados na bolsa de valores correspondem ao mercado secundário (CITI CORRETORA, 2019).

⁴¹ Investimentos de portfólio consiste na carteira de investimento que um gestor de fundos (de investimento) possui e parte do pressuposto de que o risco dos ativos dessa carteira, pode ser definido a partir da variação dos retornos dos ativos, ou seja, quanto os valores dos retornos se distanciam do valor esperado. Assim, quanto maior a variação dos retornos, maior o seu risco e, de forma lógica, quanto menor a variação, menor o risco” (DANA, 2017).

⁴² *Funding* corresponde à mobilização de recursos de terceiros via mercado de capitais ou mercado bancário (BNDES, 2014).

⁴³ No período em que o artigo de Freitas e Prates (2001) foi escrito, haviam diversas bolsas de valores brasileiras. No entanto, ao longo dos anos estas passaram por variadas fusões e atualmente se encontra vigente apenas a B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), com sede em São Paulo/SP.

Brasil e dos demais “mercados emergentes”; dos fatores internos, a incidência da CPMF⁴⁴ sobre as operações de câmbio e o processos de privatizações, desestimularam a aquisição de ações brasileiras diretamente da Bovespa e resultou na evasão de negócios na Bovespa para as bolsas norte-americanas (Nyse e Nasdaq⁴⁵) (FREITAS; PRATES, 2001).

Além disso, a incidência da CPMF aumentou a demanda das negociações em ADRs⁴⁶ pelo menor custo de transação da Nyse em comparação a Bovespa impactando no mercado secundário de ações brasileiro. Ademais, “a adoção do regime de câmbio flutuante, em janeiro de 1999, favoreceu as transações com ADRs, que não estão sujeitas ao risco cambial, já que são realizadas em dólares”. A aquisição desses instrumentos foi favorecida também, por outros aspectos qualitativos como a menor burocracia, a facilidade que o investidor estrangeiro tem ao operar as ações no mercado de seu país de origem e a falta de restrições legais nas ADRs que são aplicadas em outros tipos de investimentos (FREITAS; PRATES, 2001, p. 90).

Desse modo, de acordo com as autoras, abertura financeira durante o governo FHC, impactou no mercado acionário reduzindo o volume de capitalização do mercado brasileiro em consequência do aumento da capitalização no exterior, nos países centrais. “A queda da participação dos investidores estrangeiros a partir de 1998 foi acompanhada por uma redução do volume [...] da capitalização do mercado” (FREITAS; PRATES, 2001, p. 91). Além disso, os resultados positivos que haviam sido identificados entre 1991 e 1997, não resultaram em um menor grau de concentração das negociações, ou seja, o número de companhias que entravam no mercado de ações diminuiu e as negociações se concentraram em ações das empresas estatais em processo de privatização. Isso para o Brasil foi um problema devido ao baixo volume de negociações que passaram a ser identificadas no mercado de ações (FREITAS; PRATES, 2001).

Por isso, elas concluem que “o mercado primário de ações não foi estimulado pela dinamização das bolsas de valores associada à abertura financeira” da economia brasileira, em

⁴⁴ Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi um tributo vigorado de 1997 a 1999, quando foi substituído pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Este imposto se aplica basicamente nas taxações de transações financeiras de qualquer caráter, como na compra de objetos no exterior. No entanto, como esse tributo se aplica ao câmbio, os acionistas estrangeiros acabavam sendo taxados por este também, uma vez que quando um investidor externo desejava fazer um resgate na Bovespa, este investidor estaria remetendo recursos para o exterior. E essa conversão dos recursos que passava pela taxaço da CPMF (FREITAS; PRATES, 2001).

⁴⁵ *New York Stock Exchange* (Nyse): Bolsa de Valores de Nova York; *National Association of Securities Dealers Automated Quotation* (Nasdaq): Sistema de Cotação Eletrônica de Valores Mobiliários.

⁴⁶ *American Depositary Receipt* (ADR) são recibos ou certificados de ações emitidos nos EUA, para a negociação de ações das empresas de fora do país, na Bolsa de Nova York, ou seja, para uma empresa brasileira ter seus ativos negociados nas bolsas do exterior, esses ativos precisam ser emitidos em forma de títulos, ADR (nos EUA) ou *Global Depositary Receipt* (GDR) nos demais países (FORTUNA, 1997).

razão de que o mercado primário de ações (a partir de 1994), se concentrou em poucas empresas, como nas emissões de ações “por empresas familiares de médio porte que abriram capital com objetivo de colocar ADRs no exterior e por empresas estatais passíveis de privatizações”. Assim, “o mercado acionário brasileiro [foi] uma fonte marginal de financiamento para as empresas brasileiras”, uma vez que “o volume de emissões [de ações] entre 1994 e 2000 foi de apenas US\$ 13,6 bilhões, dos quais a maior parte constitui captação de recursos pelas empresas estatais” (FREITAS; PRATES, 2001, p. 91-92).

Dessa forma, percebe-se que a abertura financeira estabelecida no governo FHC, nos aspectos do mercado acionário, não causou uma maior dinamização das bolsas de valores vigentes. Na verdade, o fato de haver poucas empresas emitindo ações e causando concentração nas negociações, quer dizer então que houve também, a concentração de renda nas mãos dessa classe empresarial brasileira. Isso, em razão de que para começar a emitir ações na bolsa de valores, uma empresa realiza a chamada *Initial Public Offering* (IPO) ou Oferta Pública Inicial, como fonte de recursos para captar investimentos. No entanto, para utilizar o IPO, a empresa precisa manter um departamento de acionistas e um departamento de relações com os investidores, e arcar com os custos referentes as taxas dos órgãos reguladores como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM)⁴⁷ (GHION; MARQUES, 2013).

Nesse sentido, a concentração de renda se caracteriza pelo fato de que empresas de pequeno e médio porte, não possuíam incentivos para arcar com estes custos, enquanto as empresas de grande porte conseguem fazer isso livremente devido seu acesso direto ao mercado internacional – conforme será apresentado a seguir, após apresentar os impactos no mercado de crédito bancário – e devido a soma do capital da empresa de grande porte que permite a mesma a arcar com os custos de uma IPO.

Em vista disso, sobre os impactos no mercado de crédito bancário, como o Brasil é um país que não aceita depósito em moeda estrangeira, os meios para canalizar capital externo – através do sistema bancário – é repassando esse dinheiro de fora, para um não residente que se encontra no Brasil (estrangeiro), por meio de um empréstimo. Esse empréstimo, é realizado entre instituições financeiras no exterior e depois é repassado os recursos para o estrangeiro. Isso é chamado de operação de repasse em que o banco que realiza essa operação não cobra pela intermediação, mas sim pela comissão do repasse (FREITAS; PRATES, 2001).

⁴⁷ A CVM é uma autarquia vinculada ao poder executivo (Ministério da Fazenda) e tem por finalidade, a normatização e o controle do mercado de valores mobiliários, representado principalmente por ações (NETO, 2007).

Contudo, após a abertura comercial, no início do segundo governo FHC, em 1999, foi adotado no Brasil, o regime de câmbio flutuante. Isso significou que o Bacen deixara de controlar o preço do dólar à um valor fixo (câmbio fixo) – como foi logo após a implementação do Plano Real, em que o câmbio se fixou em R\$1,00 por dólar, a fim de evitar o descontrole dos preços generalizados que o país passava naquela década – e assim, o preço do dólar passou a ser definido de acordo com a oferta e demanda do mercado. Isso possibilitou a oscilação do preço do dólar e é por esse motivo que o regime cambial é chamado de flutuante, pois está em constante variação (CARNEIRO, 2002).

Com isso, a adoção desse regime de câmbio resultou na redução das operações de repasses realizadas pelos bancos brasileiros, pois esta redução estava “associada à menor demanda por empréstimos indexados ao dólar devido ao aumento do risco cambial” e a tendência da retração dessa demanda, se manteve no ano de 2000. Entre 1994 e 1999, a maior taxa de repasses foi em 1997 atingindo 3,4%. Porém em 1998 e 1999, a queda se expressou em 3,0% e 2,8%, respectivamente (FREITAS; PRATES, 2001, p. 93-94).

A solução alternativa encontrada naquele momento, foi direcionar os recursos excedentes (como o volume expressivo de capital estrangeiro entrando no país) “para a aplicação em títulos públicos⁴⁸, principalmente em papéis⁴⁹ indexados à variação cambial”, tendo em vista que ao fixar o valor do título na variação do câmbio, conforme a oscilação do dólar (moeda padrão para determinar os valores das negociações), quando houvesse o período chamado de “alta do dólar” o banco atingiria um lucro mais alto, em decorrência dessa variação (FREITAS; PRATES, 2001, p. 94).

Dito isso, as autoras Freitas e Prates (2001) concluem que a abertura comercial, não expandiu o *funding* do sistema financeiro brasileiro. Na verdade, a expansão se apresentou apenas no aumento das obrigações externas de curto prazo⁵⁰ e, com isso, no aumento da dívida externa dos bancos. Por esse motivo, a “contribuição para o financiamento das empresas [nacionais] de pequeno e médio porte, que dependem do crédito bancário interno”, passou a ser limitado (FREITAS; PRATES, 2001, p. 94).

⁴⁸ A compra de títulos consiste na aquisição de um documento que representa um direito de crédito. O detentor deste documento recebe o pagamento ao logo de um período determinado, sob uma taxa de juros. No Brasil, esse pagamento é feito pelo Tesouro Nacional (NETO, 2007).

⁴⁹ Papel é qualquer documento que representa essa relação de crédito explicado na nota acima, podendo ser a emissão de ações de uma empresa ou os títulos públicos de um país (NETO, 2007).

⁵⁰ Essas obrigações, são as operações em relação ao exterior que são estipuladas a serem realizadas dentro de um curto prazo, como o pagamento dos recursos negociados com instituições financeiras de fora do país. Alguns países adquirem essas obrigações, através do seu sistema bancário, para financiar os trâmites de importação, a fim de direcionar esses recursos do comércio exterior, para o investimento em algum setor do país como a aquisição de maquinário ou na infraestrutura (FREITAS; PRATES, 2001).

Dessa forma, nota-se que até 1999, o Banco Central que determinava a taxa de câmbio. No entanto, após o Bacen deixar de interferir no mercado para determinar esta taxa, se estabeleceu de fato a abertura financeira da economia brasileira, no sentido de que ao entrar no regime de câmbio flutuante, um país deixa sua economia exposta para que os preços sejam determinados de acordo com a moeda padrão (dólar), uma vez que

a política cambial define as relações financeiras entre o país e o resto do mundo, a forma de atuação no mercado de câmbio, as regras para movimentação internacional de capitais e de moeda e a gestão das reservas internacionais. A condução da política cambial afeta diretamente na vida do cidadão, mesmo que não tenha transações com o exterior. [Em razão de que] a taxa de câmbio reflete nos preços dos produtos que o país importa e exporta, influenciando assim os demais preços da economia (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, s/p).

Assim, ao analisar as mudanças no mercado acionário e de crédito bancário domésticos, após a abertura financeira no governo FHC, entende-se que as políticas de contenção de inflação com o Plano Real e estabilidade da moeda brasileira, apenas abriu espaço para o capital estrangeiro realocar seus recursos (capital sobreacumulado), como uma alternativa para manutenção da renda das classes transnacionais e, conseqüentemente, do sistema capitalista. Isso tendo em vista que esta abertura é uma maneira de exportar capital e se apropriar de novos mercados, sem precisar importar produtos deste mercado, ou seja, caracterizando uma relação de dependência apenas para quem importa o capital.

Essa alternativa então, apresentada pela classe transnacional – com o apoio de potências como Estados Unidos e Inglaterra – no cenário internacional, durante a década de 1990, através de propostas e projetos como o Consenso de Washington, mostraram como os países que aderiram tais propostas, beneficiaram (em maior parte) esta classe transnacional, em detrimento dos interesses nacionais.

Em maior parte, pois identifica-se a satisfação dos interesses nacionais. Porém, dos interesses nacionais de uma classe em específico. O da elite econômica nacional. Isso porque se esta classe detém os meios de produção para dispor de uma empresa de grande porte, conforme Freitas e Prates (2001), essas empresas tinham acesso ao mercado internacional de capitais para conseguir negociar no exterior de maneira direta, diante de menores custos envolvidos. Assim, não dependem de financiamentos internos, diferente das empresas de médio ou pequeno porte.

Isto posto, pode-se evidenciar que a abertura financeira resultou em uma concentração de renda nas mãos da elite nacional brasileira, em conjunto do favorecimento das classes

transnacionais, enquanto se marginalizava os interesses de um Estado de bem-estar social com investimento em garantias e direitos básicos, em nome de uma disciplina fiscal que garantiu a entrada do capital externo que apenas beneficiou setores econômicos específicos da sociedade brasileira.

Dessa maneira, a abertura da economia brasileira (financeira e comercial) se apresentou como um condicionante interno do seguimento das propostas neoliberais, no momento em que o posicionamento do Brasil durante o governo de FHC buscou o modelo neoliberal como forma de inserção, com base no posicionamento do diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (Gustavo Franco) que em 1996, afirmou que o Brasil precisava se adaptar à globalização que vinha se intensificando, devido ao aumento dos fluxos de bens e serviços. Nesse sentido, o Brasil deveria se adequar a essa “nova” realidade internacional, promovendo políticas que aumentassem o grau de abertura da economia, para poder aproveitar dos benefícios da globalização (CARCANHOLO et al, 2000).

Assim, “a crítica de Franco era que as políticas industriais e comerciais contrastavam com os interesses globalizantes e não atraíam investimentos diretos externos, pelo fato do modelo de substituição de importações se encontrar esgotado” (SOUZA, 2018, p. 30). Em conjunto à essa abertura econômica, ocorriam os processos de privatizações que resultou na venda de empresas estatais para compensar a fuga de capitais que estava ocorrendo no final da década de 1990. No entanto, as empresas acabavam sendo vendidas a “qualquer preço”, a fim de aumentar o patrimônio público, como a venda da Companhia Vale do Rio Doce, por 3,3 bilhões de reais, em 1997 (SANTOS, 2016).

Em relação à avaliação das vendas das empresas estatais,

todo o processo foi envolto em pertinentes suspeitas: a Merrill Lynch, contratada para fazer a avaliação do valor da empresa e, estranhamente ligada à Anglo American, que participou do leilão, avaliou a mineradora em apenas R\$10 bilhões. Para isso, ela subavaliou as jazidas e o conjunto do complexo industrial, que seria na época superior a R\$100 bilhões. Só no ano em que foi leiloada, ela deu um lucro líquido de R\$12,5 bilhões! Em 1998, esperava-se vender a Telebrás, uma das mais promissoras empresas de telecomunicações, por R\$36 bilhões. Acabou sendo vendida por R\$22 bilhões. Tratava-se de atrair dólares para compensar os déficits comerciais e cambiais crescentes. A moeda sobrevalorizada aumentou os gastos de turismo dos brasileiros. O pagamento de juros da dívida externa foi retomado e as saídas de capital aumentaram (SANTOS, 2016, p. 23-24).

Assim, as privatizações se concretizaram após a Lei da Privatização nº 9.491, em que fora desenvolvido o Programa Nacional de Desestatização (PND). Dentro disso, em seu artigo 1º, a Lei apresenta como objetivos fundamentais:

- I - Reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- II - contribuir para a reestruturação econômica do setor público, especialmente através da melhoria do perfil e da redução da dívida pública líquida;
- III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;
- IV - contribuir para a reestruturação econômica do setor privado, especialmente para a modernização da infra-estrutura e do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia, inclusive através da concessão de crédito;
- V - permitir que a Administração Pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;
- VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa (PLANALTO, 1997).

A luz disso, nota-se que as privatizações também serviram de condicionante interno para o seguimento das propostas neoliberais que, por um lado permitiu que o Brasil conseguisse manter suas reservas de dólar a fim de controlar a inflação e, por outro, deixou de lado variáveis macroeconômicas como a taxa de juros e de câmbio, que estavam sobrevalorizadas, e resultaram em uma macroeconomia estagnada e dependente do capital estrangeiro (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Isso vai ao encontro do que seria “a cooptação da economia brasileira” como um mercado a ser apropriado pelo capital internacional, no sentido de que o “Estado brasileiro, em especial o Banco Central, [foi] capturado por uma coalizão política que se beneficia, por um lado, de um dos mais altos juros reais do mundo e, por outro, de um câmbio sobrevalorizado”. Sendo assim, a política macroeconômica passou a ser definida pela busca da estabilidade monetária, a partir do Plano Real ao se estabelecer o regime de câmbio flutuante; por metas de inflação; e pela realização de superávit primário⁵¹. Entretanto, isso resultou em “uma taxa de inflação (baixa), taxa de juros (alta) e a taxa de câmbio (baixa)”, conforme o receituário neoliberal propagado no Consenso de Washington (IANONI, 2017, p. 325).

Nessa lógica, surge o espaço para analisar como essas políticas econômicas domésticas, que acarretaram na dependência (macro)econômica da oferta de capital estrangeiro, refletiram na definição do posicionamento do Brasil no Sistema Internacional e da Política Externa Brasileira, durante o governo de FHC. Tendo em vista que esse governo consolidou a instrumentalização de instituições nacionais como o Banco Central, para a

⁵¹ Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo (SENADO FEDERAL, 2019).

manutenção dos interesses de uma classe transnacional, ao invés da preservação dos interesses nacionais, além dos interesses da elite econômica brasileira.

4.2 Análise dos condicionantes externos

Nesse momento, será analisado a redefinição da PEB, de acordo com o paradigma neoliberal que foi estabelecido como nova ordem mundial, após o triunfo do capitalismo sobre o socialismo soviético com o final da Guerra Fria, em 1989. Diante desse cenário, a política exterior do Brasil parecia “ter perdido o rumo que por sessenta anos havia impresso racionalidade e continuidade à uma política externa de um Estado que buscava obstinadamente a promoção do desenvolvimento nacional” (BUENO; CERVO, 2008, p. 455).

Por esse ângulo, caracterizou-se uma instabilidade de pensamento e estratégia externa. O Itamaraty⁵², com suas diversificadas ocupações de ministros de Relações Exteriores, entre 1990-1995, teve dificuldades de reagir. E em conjunto, “a cassação do mandato do presidente Collor, em 1992, e o hiato do governo de Itamar até 1994, contribuíram para tal indefinição” (BUENO; CERVO, 2008, p. 455). Contudo, essa instabilidade se diluiu no pensamento mais coerente da Política Externa de FHC, a partir de seu primeiro governo. Porém, essa coerência se estabeleceu pelos objetivos de democracia, estabilidade monetária e abertura econômica (BUENO; CERVO, 2008).

Dito isto, será analisado o posicionamento do Brasil perante as regras das estruturas da globalização, de acordo com a análise de Cervo e Bueno (2008). Dentro disso, o posicionamento brasileiro foi de caráter multilateral e com foco no: Liberalismo econômico; meio ambiente; direitos humanos; segurança; comércio de exterior; e fluxos de capitais. Isso no sentido de que “o multilateralismo foi eleito como meio de ação da nação desprovida de poder para realizar sua vontade”. No entanto, o problema do Brasil e da América Latina como um todo, foi que estes definiram o posicionamento multilateral, a partir das propostas do Consenso de Washington – soluções neoliberais – e isso resultou no fato de que a “América Latina havia implementado as reformas requeridas pelo centro sem que a globalização respondesse com benefícios para o desenvolvimento da região” (BUENO; CERVO, 2008, p. 462-463).

Dessa maneira, a falta de benefícios será analisada adiante, a partir de uma divisão estabelecida por esse trabalho, entre o que pode ser caracterizado como uma Política Externa

⁵² Ministério das Relações Exteriores do Brasil, também conhecido como Itamaraty, é um órgão do Poder Executivo, responsável pelo assessoramento do Presidente da República na formulação, no desempenho e no acompanhamento das relações do Brasil com outros países e organismos internacionais.

Brasileira “negativa” e “positiva”, durante o governo de FHC. Assim, ficam dentro do lado negativo, os aspectos do liberalismo econômico (neoliberalismo), do comércio exterior, dos fluxos de capitais, da segurança nacional e do bilateralismo como fatores que não permitiram o Brasil aplicar sua política externa de maneira autônoma no Sistema Internacional. Já do lado positivo, ficou o posicionamento perante as questões do meio ambiente e dos direitos humanos como fatores que mostraram a assertividade no posicionamento da política externa brasileira.

Sendo assim, ao analisar os aspectos positivos, estes foram identificados, conforme se apresentaram no sistema internacional, no âmbito do meio ambiente e dos direitos humanos. Referente ao meio ambiente, a diplomacia brasileira não permitiu que graves prejuízos se repetissem. Nesse seguimento, a conferência intitulada ECO 92, observou com sucesso a tese brasileira de desenvolvimento sustentável e dela resultaram: A Agenda 21, um programa de cooperação multilateral sobre o meio ambiente; o Protocolo de Kyoto de 1997; e uma Convenção sobre Diversidade Biológica que resguarda(va) os direitos brasileiros sobre a Amazônia (BUENO; CERVO, 2008, p. 465).

Em conjunto disso,

em 1995, o Congresso aprovou a Lei sobre Biossegurança; em 1996, a Lei de Patentes; em 1997, uma Lei de Cultivares e, finalmente, a lei que regula o acesso aos recursos genéticos brasileiros. Todo esse ordenamento jurídico complementou-se com o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, envolvendo o Brasil, o G7 (grupo das sete maiores potências capitalistas), a União Europeia e o Banco Mundial no mais vasto programa de cooperação ambiental do mundo. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável, uma produção da engenharia diplomática brasileira, associado a esta diversificada estratégia de ação externa, afastou aparentemente a ameaça internacional e garantiu à nação os benefícios da riqueza biológica (BUENO; CERVO, 2008, p. 466).

Além do mais, o Brasil se mostrou seguro na arena internacional quando enfrentou os EUA na Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2011, ao fazê-lo aprovar a quebra de patentes de indústrias farmacêuticas, quando se apresentam graves condições de saúde pública como a AIDS. Em segundo lugar, em relação aos direitos humanos. Esse fator pode ser identificado como positivo, após a adesão, em 1992, de três tratados gerais de proteção, os dois da ONU e a Convenção da OEA, dos quais constituíam convenções internacionais contra a discriminação racial e da mulher, contra a tortura, sobre os direitos da criança e do refugiado (BUENO; CERVO, 2008).

Somou-se a isso, o ato do Brasil reconhecer, em 1997, a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos como competente para julgar os casos levados a este

tribunal. E “no mesmo ano, aprovou a moderna lei sobre refugiados e entrou na rota do abrigo, particularmente para africanos”. Nesse sentido, o Congresso passou a exercer a função de alinhar a lei brasileira às normas internacionais e o Executivo, criou a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (BUENO; CERVO, 2008, p. 467).

Dessa forma, como apresentado por Bueno e Cervo (2008),

a conjugação dos esforços de juristas, diplomatas e legisladores produziu no Brasil uma percepção e um conceito original de direitos humanos que serviu de instrumento de ação positiva sobre o cenário internacional (p. 467).

Isso se expressou a partir da preocupação com os direitos humanos, uma vez que esta preocupação condiciona a ação externa do Estado e envolve a defesa da democracia e do desenvolvimento na Política Externa Brasileira (BUENO; CERVO, 2010). Todavia, o que pôde ser caracterizado como positivo na política externa, não foi utilizado como vetor para se posicionar de forma autônoma no sistema internacional, mas sim para se posicionar de forma alinhada às propostas neoliberais, ou seja, de forma alinhada aos Estados Unidos.

A luz disso, a análise dos aspectos negativos da PEB, será feita primeiramente sobre o liberalismo econômico, tendo em vista que esse foi o aspecto que ditou as regras da PEB na década de 1990, levando em conta que “durante as administrações de Collor e Cardoso, o neoliberalismo inspirou as políticas públicas internas e externas”. Conforme Bueno e Cervo (2008), Collor ao abrir a Assembleia Geral da ONU em 1991, expressou a nova filosofia do Brasil: “O ideário liberal venceu... Essa é uma observação que faço da perspectiva de um país que optou por uma plataforma liberal”. Sendo assim, Collor e Cardoso “retiraram do Estado o papel de ‘coordenação da economia’ e reconheceram que essa coordenação cabe ao mercado” (BUENO; CERVO, 2008, p. 463-464).

Isso vai ao encontro das propostas neoliberais propagadas pelos Estados Unidos e Inglaterra, a partir da década de 1970, conforme o capítulo anterior. Diante então do pensamento neoliberal, o governo FHC realizou processos de privatizações e financiamento do comércio exterior. Referente as privatizações, os aspectos negativos se apresentaram na PEB devido a transferência de patrimônio da periferia para o centro. E em relação ao financiamento do comércio exterior, foi que instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – uma das instituições especiais que respondem ao sistema normativo do Banco Central – passou a dar preferência ao financiamento de empresas estrangeiras sobre as nacionais nas privatizações (BUENO; CERVO, 2008) (NETO, 2007).

O segundo aspecto negativo, é sobre a PEB no comércio de exterior. Esta seguiu o pensamento neoliberal como visto acima e com isso, iniciou o processo de abertura do mercado brasileiro para o comércio internacional, a fim de “forçar a modernização do sistema produtivo e a elevar uma competitividade externa”. Assim, “o governo passou a negociar em múltiplas frentes, visando com seus esforços alcançar um sistema multilateral com regras transparentes, fixas e justas”. No entanto, o Itamaraty que estava incumbido dessas negociações, “não estava preparado para agrupar a sociedade e estimular a fazer negócios externos, como ocorreu com a diplomacia empresarial no México e no Chile” (BUENO; CERVO, 2008, p. 472).

Essa falta de preparo é reconhecida por Bueno e Cervo (2008), como uma “timidez sistêmica nacional” e foi o que direcionou a tendência histórica do comércio exterior brasileiro a gerar superávits. Com isso, os aspectos negativos se apresentam, no âmbito doméstico, pela falta de um comércio internacional estratégico que passou a ser convertido em variável dependente da estabilidade monetária, conforme visto na seção anterior deste capítulo ao analisar que foram necessários empréstimos do exterior para financiar as importações e para isso, foi estabilizada a moeda com uma taxa de câmbio sobrevalorizada.

Além disso,

entre 1988 e 1993, o governo brasileiro reduziu a tarifa média de 52% para 14% e eliminou todas as medidas não tarifárias. O Plano Real de estabilidade monetária de 1994 introduziu a sobre valorização cambial. Em 1995, o comércio exterior reverteu a tendência para saldos negativos. O apoio público à liberalização arrefeceu, a tarifa média elevou-se desde 1996 e a moeda iniciou a desvalorização em 1999. A balança de comércio exterior registrou o superávit de 85,9 bilhões de dólares entre 1980-1989. Entre 1990-1994, o superávit atingiu 60,4 bilhões, mas entre 1995-2000, o déficit somou 24,3 bilhões. O saldo negativo aparece em 1995 e se repete nos seis primeiros anos do governo de Cardoso. Em termos absolutos, o comércio exterior avolumou-se nos anos 1990, passando de 52,1 bilhões de dólares em 1990 para 110,9 no ano 2000 (BUENO; CERVO, 2008, p. 472).

No entanto, o aumento do volume do comércio exterior brasileiro de 1990 para 2000, não foi direcionado para os setores estratégicos e de infraestrutura. Ademais, o déficit identificado durante o governo FHC, contribuiu para a deterioração das contas externas na balança de pagamentos. Outra questão que caracteriza o comércio exterior como um aspecto negativo – da PEB de Cardoso – foi que as exportações brasileiras “tampouco registraram qualquer melhoria de qualidade com as inovações da abertura econômica”, uma vez que o BACEN indicou que

em 1989, de 71,1% de produtos industrializados (54,3% de manufaturados e 16,8% de semimanufaturados) e 27,1% de primários; em 1997, os industrializados somavam 70,9% (com 54,9% de manufaturados e 15,8% de semimanufaturados) e os primários 27,1%. Quando os aviões da Embraer se tornaram o primeiro item das exportações, a partir de 1999, essas estatísticas sofreram modificações (BUENO; CERVO, 2008, p. 473).

E por outro lado, a pauta das importações se modificou diante da abertura comercial “passando os bens de consumo de 5,7% em 1980 para 18,2% em 1997” expondo o distanciamento dos planos desenvolvimentistas do Processo de Substituição de Importações (PSI)⁵³ que havia iniciado durante a década de 1980. Desse modo, os autores concluem que “o comércio exterior enfrentou dificuldades conjunturais” no âmbito das negociações globais e regionais (BUENO; CERVO, 2008, p. 473).

No âmbito global, as questões negativas se deram pela pressão dos países do centro, no fórum de comércio internacional GATT-OMC, em que o governo brasileiro cedeu às negociações que colocavam os países da periferia em desvantagem no comércio internacional, devido a aplicação de barreiras tarifárias pelos países industrializados que barravam as exportações dos produtos dos países periféricos e os deixavam dependentes da importação do centro. No âmbito regional, o Brasil sofreu com os “castigos” do Canadá às exportações de carne brasileira e o Mercosul passou pelas controvérsias da aplicabilidade de uma união aduaneira, “em razão da incompatibilidade dos regimes de câmbio, fixo na Argentina e flexível no Brasil” (BUENO; CERVO, 2008, p. 474).

O terceiro aspecto negativo da PEB apresenta-se nos fluxos de capitais, em que este fator já foi analisado nas discussões anteriores e por isso, entende que “a globalização financeira comportou duas exigências dos países avançados sobre as economias emergentes: o livre fluxo de capital e a abertura dos sistemas financeiros” e assim, o Brasil, “dócil diante das reformas exigidas pelo centro, abriu todos os domínios de sua economia aos capitais internacionais: os serviços financeiros, a bolsa de valores, os bancos e as grandes empresas públicas, no momento da privatização”. Assim, “dois também foram os efeitos que se generalizaram: o aumento dos fluxos [de capital estrangeiro] especulativos e as crises financeiras” (BUENO; CERVO, 2008, p. 475).

⁵³ Esse processo foi desenvolvido em países da periferia, a partir da crise de 1929, como uma alternativa à dependência do capital externo. Tavares (2000) define o PSI como um “processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial” (p. 230). Assim, “a ordem natural é que primeiro se substituam produtos de consumo terminados, com menor componente tecnológico e baseados na demanda interna existente. E depois, é preciso que a substituição também avance para os setores de intermediários e bens de capital para evitar que uma excessiva rigidez na pauta de importações comprometa o aprofundamento do processo” (CARVALHO, 2005).

Essas afirmações indicam então que os condicionantes internos analisados anteriormente se configuraram na política doméstica, a partir desta subordinação brasileira diante das pressões dos países centrais. Com isso, redirecionou sua política externa que tinha como foco o desenvolvimento nacional, para uma inserção internacional baseada estritamente na abertura econômica do país, apenas para manter o vínculo com o centro e isso não configurou um “*win-set*” na política externa dos interesses nacionais com os interesses externos.

Dessa forma, a cooptação da econômica brasileira, a partir da interferência estadunidense, se apresentou, conforme Bueno e Cervo (2008), nas “pressões internacionais [que] foram precoces e bem conduzidas” (p. 475). Isso pode ser demonstrado pelo desequilíbrio nas contas correntes do país (uma das contas da balança de pagamentos) em que

durante o governo de Cardoso, entre 1995 e 2000, a dívida pública interna passou de 33% para 53% do PIB. Entre 1994 e 1999, a dívida externa elevou-se de 148 para 237 bilhões de dólares. Juros e amortizações da dívida externa consumiram 50 bilhões de dólares em 2000, ou seja, toda a exportação brasileira. O Brasil ostentava, então, nesse ponto, um dos piores indicadores externos do mundo. Esse desequilíbrio induzia medidas maleáveis na taxa de juros para atrair constantes fluxos de capitais e provocou uma inflexão da política de comércio exterior, que evoluiu de sua função de estabilizar os preços para a nova função de prover recursos para os compromissos da dívida. O grave perfil das contas públicas, em sintonia com instruções vinculadas aos socorros concedidos pelo FMI desde 1990, retirava investimentos produtivos, provocando outras crises, como a escassez de energia elétrica, e bloqueava o crescimento econômico (BUENO; CERVO, 2008, p. 477).

Esse cenário, foi vivenciado pela população brasileira durante toda a década de 1990, como um ciclo de crescimentos e crises (mesmo que não fossem crises iniciadas no Brasil), devido a dependência que se consolidou neste período, do capital estrangeiro. Assim, ainda segundo Bueno e Cervo (2008), “o Brasil transitou da década perdida à década perversa” (p. 477). Essa inserção internacional de subordinação, foi caracterizada também no setor da segurança nacional. Por isso, este é o quarto item a ser analisado como um aspecto negativo da PEB durante o governo FHC.

Nesse caso, como esse governo advinha do contexto do fim da Guerra Fria, este passou pelos impactos da mudança do sistema bipolar para um sistema econômico multipolar e para um sistema estratégico unipolar, em razão da supremacia militar estadunidense. Nessa lógica, o Brasil aplicou o posicionamento multilateral econômico, no trato das questões de segurança. Portanto, por um lado o Brasil “reforçou seu pacifismo, firmando os pactos internacionais de desarmamento”, e por outro, “elaborou em 1996, um documento político para nortear as decisões na área e buscou-se a união da América do Sul, tendo em vista

precaver-se ante a possível nocividade da hegemonia dos Estados Unidos” (BUENO; CERVO, 2008, p. 469).

Para isso, o Brasil reviveu a parceria com a Argentina como uma variável essencial na política de segurança. No entanto, essa variável foi ameaçada com a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU, em 1994, e a insistência do país em entrar na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁵⁴, uma vez que isso se apresentava como uma “pretensão brasileira de secundar a ação dos EUA na América do Sul” (BUENO; CERVO, 2008, p. 470). Ou melhor dizendo, o Brasil estava mais uma vez abrindo mão de uma inserção autônoma no sistema internacional, nesse caso, através de uma política de defesa e segurança mais assertiva e indo ao encontro da subordinação das propostas estadunidenses.

Com isso, os desdobramentos de 11 de setembro de 2001 revelaram “a imprudência do Brasil, de se relegar a segurança nacional ao segundo plano” (BUENO; CERVO, 2008, p. 471). Por fim, o quinto item identificado como negativo na PEB de Cardoso, é o bilateralismo, uma vez que este passou por um declínio quando comparado com “a parceria estratégica como linha de força da ação externa” dos governos anteriores à década de 1990 (BUENO; CERVO, 2008, p. 477-478).

Nesse seguimento, o paradigma neoliberal “subtraiu a energia do bilateralismo” como outra forma de inserção autônoma no sistema internacional, que havia sido utilizado de maneira pragmática durante os governos da ditadura militar, como por exemplo, as alternativas de parceria estratégicas estabelecidas diante do contexto bipolar da Guerra Fria.

Dessa forma, o bilateralismo – perante o neoliberalismo – vivenciou: A exuberância da parceria com os Estados Unidos; a reaproximação com a França; o afastamento da Alemanha e Japão; a qualificação das relações com China e Rússia; e o surgimento da dinâmica da Espanha e Portugal⁵⁵ (BUENO; CERVO, 2008). Ou seja, se caracterizou uma amplificação nas relações com os Estados Unidos em detrimento dos parceiros estabelecidos durante a Guerra Fria, e as reformas neoliberais se refletiram na PEB, de maneira geral, como um “mau desempenho interno e inserção dependente [externa]” (BUENO; CERVO, 2008, p. 478-482).

Dito isto, observa-se que a subordinação vinculada à globalização – periferia dependente do centro – se deu a partir dos aspectos negativos da PEB em negligência dos

⁵⁴ A OTAN é uma aliança intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, que foi assinado em 4 de abril de 1949, e constitui um sistema de defesa coletiva através do qual seus Estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa à organização.

⁵⁵ Para mais informações sobre como se desenrolaram essas relações, conferir Bueno e Cervo (2008) parte III, capítulo 4.

aspectos positivos. Esse contexto gerou na política externa e econômica brasileira, um desgaste que abriu espaço para o início do ensaio do paradigma logístico. Este ensaio se caracterizou na segunda metade do governo FHC, como uma alternativa à dependência (macro)econômica, haja vista a necessidade de uma internacionalização da economia brasileira, e não apenas da sua abertura. Sendo assim, o país voltou a tentar preservar o patrimônio nacional e com isso, Cardoso abriu o caminho para seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que adotou a promoção da inserção independente do Brasil no sistema internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da hipótese de que houve interferência externa estadunidense na formação de políticas internas e externas do Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, cabe trazer as seguintes considerações relacionadas com os elementos analisados no decorrer desse trabalho.

Como abordado no primeiro capítulo, a teoria do novo imperialismo foi desenvolvida por David Harvey, a qual explica que os movimentos de acumulação de capital passaram por uma releitura, a fim de adquirir novas estratégias para manter o sistema capitalista, e com isso, criou-se o conceito de acumulação por espoliação. A partir desse conceito, entende-se que “o pecado original do roubo” iniciado na acumulação primitiva de Marx (1867), tinha que se repetir para que o sistema não parasse. Assim ao se consolidar a repetição da acumulação primitiva a partir do roubo, isso se caracteriza numa força contínua que serve para que o imperialismo mantenha o sistema capitalista ativo, ou seja, a acumulação por espoliação, está no cerne do imperialismo.

Nesse sentido, Harvey converte o conceito de acumulação primitiva para a acumulação por espoliação, em razão de que este ainda é um processo em andamento e que se baseia na cooptação e apropriação das ações sociais não capitalistas – como um movimento de fora pra dentro – na tentativa de forjar uma base consensual que estruturará o paradigma que irá reger a ordem mundial.

Por conseguinte, parte-se do pressuposto que a instituição do Estado teve uma função trivial para as potências capitalistas conduzirem essa (classe) base consensual ao propagar as propostas de uma economia liberal baseada na retórica individualista de Hayek. Assim, fomentou a promoção de políticas neoliberais, tendo em vista que quanto mais os países se abrissem economicamente e financeiramente, mais essas potências poderiam se apropriar e cooptar esses espaços fazendo com que o sistema capitalista sobrevivesse.

No capítulo 2, foi analisada a disseminação do pensamento neoliberal, após a sua aplicação nas políticas domésticas estadunidenses, durante as décadas de 1970-80. As políticas inspiradas no pensamento neoliberal, seguem uma lógica de relações econômicas reguladas apenas pelo Mercado, em que o Estado não interfere nessa regulação. Na verdade, o Estado passa por uma disciplina orçamentária sob a contenção dos gastos com o bem-estar social.

Entretanto, a falta de investimento do Estado em infraestrutura, desenvolvimento, tecnologia e nos mecanismos de proteção social resultaram no enfraquecimento do Estado

enquanto instituição, principalmente após os Choques de Petróleo em 1970. A crise econômica mundial estabelecida após os choques de petróleo, criou o cenário perfeito para a difusão de políticas inspiradas no pensamento neoliberal, no sentido de que os países que importavam petróleo precisaram reduzir seus gastos em caráter de urgência devido ao aumento no preço das importações que indicaram déficits em suas balanças de pagamentos.

A classe empresarial desses países, sofreu uma queda em suas rendas, uma vez que as atividades econômicas diminuíram após a inflação que aumentou o nível dos preços dos insumos e dos produtos utilizados pelas empresas. E a classe financeira, passou pela mesma queda, em razão do declínio das bolsas de valores, gerado por toda essa contenção de gastos. Assim, ambas as classes queriam aumentar o nível de suas rendas, enquanto o Estado continuou querendo reduzir seus gastos. Esse contexto se tornou propício então, para que os Estados passassem pelo advento das privatizações, realocando assim, um enorme contingente de capital, no setor privado.

Esse público, também conhecido como elite econômica nacional, foi o que o trabalho identificou como classe transnacional, em que esta passou a deter influência direta no processo de formulação de políticas, uma vez que era a classe que formava a base da receita do Estado quando estava em bom desempenho econômico. Com isso, a classe transnacional fomentou a promoção de políticas neoliberais como forma de se enriquecer e além disso, concentrar sua renda em direção aos monopólios mundiais.

O caso apresentado pelo trabalho, foi a atuação dos Estados Unidos – enquanto uma potência global e um Estado do centro – na formação de políticas domésticas inspiradas pelo pensamento neoliberal, como no caso da crise fiscal de Nova York, que refletiram na política externa, principalmente nos objetivos perante os países da periferia. Nessa lógica, os Estados Unidos de Ronald Reagan (1981-1989), com o apoio do Reino Unido de Margaret Thatcher (1979-1990), apenas alavancaram o processo iniciado pela classe transnacional de formar uma base consensual frente as políticas neoliberais.

Essa base serviu para que houvesse de fato um consentimento público, e assim, as mudanças ocorreram através de processos democráticos. No caso dos Estados Unidos, a elite econômica nacional se uniu à direita cristã e ao Partido Republicano, os quais passaram a fomentar o nacionalismo cultural da classe trabalhadora branca e a financiar o movimento acadêmico neoconservador. A partir disso, a organização política e econômica estadunidense passou a ser influenciada diretamente por essa coalizão, enquanto os movimentos que ainda defendiam o Estado de bem-estar social não conseguiam se articular perante as imposições da elite.

Nesse sentido, a função dessa base consensual serviu para que quando os Estados Unidos agissem externamente, não fossem vistos como um país imperialista colonizador como as outras potências do Sistema Internacional já haviam feito. Esse plano realmente deu certo, pois no momento em que a comunidade acadêmica e a política externa estadunidense se voltaram para o estudo e incentivo de aplicação de propostas neoliberais por parte dos Estados da periferia em desenvolvimento, esses Estados realmente “compraram” a ideia de que era necessário se modernizar e aplicar a disciplina orçamentária, tendo em vista o contexto de crise que estes passavam após os choques do petróleo.

Conforme a pesquisa, ao seguir para a análise da atuação dos Estados Unidos em relação ao Brasil, é importante lembrar que esse ideário neoliberal foi promovido em um fórum de discussão dos EUA para a América Latina que ficou conhecido como Consenso de Washington, em 1989. Este serviu para que economistas e *policy makers* apresentassem suas propostas de reformas econômicas que levariam à superação da crise e ao ajuste nas balanças de pagamento dos países da América Latina. Destarte, esse evento registrou um amplo consenso diante as propostas apresentadas e as privatizações de empresas estatais, a desregulamentação da economia por parte do Estado e a liberalização do comércio, se tornaram condições para que os países da América Latina renegociassem sua dívida externa e conseguissem novos empréstimos.

Dessa forma, a abertura comercial e financeira foi o pré-requisito estabelecido pelos EUA, Banco Mundial e FMI para a realização de empréstimos com taxas de juros favoráveis e para a entrada de capital estrangeiro. Sendo assim, grande parte dos Estados da periferia se alinharam aos parâmetros neoliberais estadunidenses. Diante do contexto bipolar da Guerra Fria, esse alinhamento resultou na expansão da zona de influência dos Estados Unidos, em razão de que a disseminação do pensamento neoliberal pelo globo denotou a manutenção do bloco capitalista. Além disso, esse alinhamento voluntário da periferia com o centro, proporcionou o que a acumulação por espoliação busca, que é a apropriação e cooptação de novos espaços e mercados, principalmente pelo fato de que a abertura comercial e financeira realizada pelos países em desenvolvimento – como no caso dos países da América Latina e África – garantiu a entrada de capital estrangeiro que significou a influência desse capital na economia e na política desses países.

Dito isto, no capítulo 3, ao analisar-se o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, verificou-se a interferência deste na formação de políticas internas e externas, de maneira indireta e não estatal, uma vez que o “controle” passou a ser exercido exatamente

pelo capital estrangeiro e não pelo país diretamente como foi no caso do Panamá (1903-1979) e da Colômbia (1999). O controle é no sentido de que o Brasil passou a ficar dependente do capital estrangeiro e, por isso, suas políticas passaram a ser formadas em prol desse capital.

Nesse sentido, diante dos condicionantes internos para a formação do paradigma neoliberal no Brasil, a contenção de inflação e a estabilidade monetária, foram os objetivos que guiaram as políticas brasileiras durante o governo FHC, conforme as propostas neoliberais, em que o Plano Real foi o principal resultado alcançado por esses objetivos. Porém, estes objetivos serviram também para garantir que o capital estrangeiro realocasse seus recursos como alternativa para a manutenção da renda das classes transnacionais.

Isso ocorreu, principalmente por meio da abertura comercial e financeira da economia brasileira, iniciada no governo de Collor e finalizada no governo de FHC. Essa abertura afetou o mercado acionário e o mercado de crédito bancário doméstico e isso influenciou na atuação do Banco Central do Brasil, que deixou de estabelecer a taxa de câmbio em 1999. Com o câmbio flutuante, o mercado brasileiro ficou exposto às dinâmicas internacionais e, a classe empresarial nacional passou por dificuldades para atuar no comércio internacional. No entanto, as empresas de grande porte que possuíam acesso ao mercado externo e que, por isso, não precisavam do auxílio do Estado como incentivos e financiamento, continuaram lucrando com suas negociações, e isso significou uma concentração de ativos “nas mãos” da elite econômica brasileira, ou melhor dizendo, uma concentração de renda.

Dessa maneira, o governo FHC, ao buscar o modelo neoliberal como forma de inserção internacional, se adaptou à nova realidade da mundialização do capital. Para isso, outro condicionante interno que consolidou a aplicação de políticas neoliberais no Brasil, foi o processo de privatizações que resultou na venda de empresas como a Companhia Vale do Rio Doce e Telebrás. Por um lado, isso garantiu a reserva de dólares para o Brasil; por outro, as taxas de juros e de câmbio sobrevalorizadas, resultaram em uma macroeconomia estagnada e dependente do capital estrangeiro.

Esses fatores podem ser considerados geradores da cooptação da economia brasileira como um mercado a ser apropriado pelo capital internacional. Assim, ao analisar os condicionantes externos que consolidaram esse movimento, o trabalho identificou que a PEB foi redirecionada de acordo com as propostas neoliberais, uma vez que a política externa passou a se basear na democracia, estabilidade monetária e abertura econômica.

Nesse seguimento, a falta de sucesso no âmbito econômico, do comércio exterior, dos fluxos de capitais, da segurança nacional e do bilateralismo configurou uma subordinação vinculada à globalização em que o sucesso da PEB no âmbito dos direitos humanos e meio

ambiente não foi suficiente para atenuar essa subordinação ao centro. Com isso, a interferência externa na formação de políticas brasileiras pode ser identificada pela dependência macroeconômica, a falta de internacionalização da economia brasileira, e a subordinação concreta como foi o objeto de análise deste trabalho. No entanto, é válido ressaltar que isso gerou o desgaste do paradigma neoliberal e, por isso, no segundo governo FHC, foi identificado um ensaio de paradigma logístico que foi consolidado no governo Lula (2003-2010).

Todavia, a política externa brasileira que passou por maiores autonomias entre o período de 2003 a 2016 não foi suficiente para evitar a repetição do desmonte dos direitos básicos sociais em nome de um liberalismo econômico, que passou a ser fomentado novamente após o golpe contra o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) no ano de 2016. Dessa forma, com a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, o Brasil passa por um período ainda mais assustador que a década de 1990 em razão do levante de uma classe que uniu valores cristãos ao nacionalismo e ao desejo de um liberalismo econômico (como ocorreu em 1970-80 nos Estados Unidos) e que fora anunciado pelo presidente em seu discurso na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2019.

Portanto, o período atual é mais assustador que a década de 1990, pois esse governo não condiz com a propaganda liberal estadunidense ou a anunciada por Collor na ONU em 1991. Assim, a propagação desses valores pode ainda vir a resultar na formação de um novo paradigma, ditado mais uma vez por interesses externos, levando em conta que internamente o interesse nacional que é beneficiado é apenas de uma classe específica, com o resto da população carecendo de representatividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. **Gentrificação**. In: Enciclopédia de Antropologia. Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>. Acesso em: 21 de ago. de 2019.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILI, P. (Org.). **Pós neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Recomendações de Basileia**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/recomendacoesbasileia>. Acesso em: 9 de set. de 2019.

BANDEIRA, Luiz. As Políticas Neoliberais e a Crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 2, p.135-146, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007. Acesso em: 24 de jul. de 2019.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Programa Educativo Dívida Externa – PEDEX, **Caderno Dívida Externa**, n. 6, set. 1994. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em 21 de mai. de 2019.

BATISTA JÚNIOR, Paulo. **Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2009.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BLYTH, Mark. **Great Transformations: Economic ideas and institutional change in the 20th century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BNDES. **Relatório Anual de 2014: Glossário**. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2014/glossario.html. Acesso em: 14 de set. de 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao Mercado, Neoliberalismo e Teoria Econômica. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 23, n. 66, p. 7-23, 2009. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=3104>. Acesso em: 24 de jul. de 2019

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da Estagnação**: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994. São Paulo: Editora 34, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Macroeconomia da Estagnação Pós-1994. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, vol. 21, nº40, p. 7-34, set. 2003

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 3ª edição, 2008.

CACHAPUZ, António; JORGE, Manuela; PRAIA, João. Da educação em ciência às orientações para o ensino das ciências: um repensar epistemológico. **Revista Ciência & Educação**, v. 10, n. 3, p. 363-381, 2004.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; CARCANHOLO, Reinaldo; MALAGUTI, Manoel Luiz. **Neoliberalismo**: a tragédia do nosso tempo. São Paulo: Cortez, 1998.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: UNESP, 2002.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, Cesar Roberto Leite da. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 4ª edição, 2007.

CARVALHO, Veridiana Ramos da Silva. **A restrição externa e a perda de dinamismo da economia brasileira**: investigando as relações entre estrutura produtiva e crescimento econômico. Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de mestre em Economia, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/7694>. Acesso em 24 de set. de 2019.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CITI CORRETORA. **Qual a diferença entre Mercado Primário e Mercado Secundário?**. Disponível em: https://www.citicorretora.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=58. Acesso em: 14 de set. de 2019.

CORAZZA, Gentil. Ciência e Método na História do Pensamento Econômico. **Revista de Economia**, UFPR, Paraná, v. 35, n. 2, p. 107-135, maio/ago. 2009.

CORAZZA, Gentil. **Crise e reestruturação Bancária no Brasil**. Textos para Discussão do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000. Disponível em: https://www.ufrgs.br/ppge/wp-content/themes/PPGE/page/textos-para-discussao/pcientifica/2000_08.pdf. Acesso em: 02 de set. de 2019.

CORAZZA, Gentil. O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional. **Revista Perspectiva Econômica**, Porto Alegre, vol. 2, nº 1, 2006.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium – Journal of International Studies**, vol. 10, n. 2, 1981.

DANA, Samy. **Entenda a teoria de portfólio usada até hoje por gestores de fundos de investimento**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/entenda-teoria-de-portfolio-usada-ate-hoje-por-gestores-de-fundos-de-investimento.html>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, vol.16, n.1 (29) p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642824/10376>>. Acesso em: 19 de jul. de 2019.

EICHENGREEN, Barry. **Globalização do Capital**: história do sistema financeiro mundial. São Paulo: Editora 34, 2000.

FERRARI FILHO, Fernando. Resenha de Livro: “Macroeconomia da Estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994”. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, vol. 26, p. 261-265, mar. 2008.

FINGUERUT, Ariel. **A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, São Paulo, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98996/finguerut_a_me_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 de ago. de 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **FHC é o presidente mais votado desde 45**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/18/brasil/20.html>. Acesso em: 04 de set. de 2019.

FONTES, Virginia. Imperialismo contemporâneo – espoliação e benevolência. **Revista História & Luta de Classes**, nº 6, p. 89-92, novembro 2008.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 10ª edição, 1997.

FREITAS, Maria Cristina Penido. Banco Central independente e coordenação das políticas macroeconômicas: lições para o Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 15, nº 2, p. 269-293, ago. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642916>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

FREITAS, Maria Cristina Penido; PRATES, Daniela Magalhães. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 17, p. 81-111, dez. 2001.

FURLAN, Reinaldo. Uma revisão/discussão sobre a filosofia da ciência. **Revista Paidéia**, São Paulo: FFCLRP- USP, vol. 12 (24), p. 125-138, 2003.

GALBRAITH, John Kenneth; SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Moeda: de onde veio para onde foi**. São Paulo: Pioneira, 2ª Edição, 1997.

GHION, Andréia; MARQUES, Horciliano. A evolução do uso de IPO como alternativa de financiamento por parte das empresas brasileiras. **Revista Estratégica**, São Paulo, vol. 10, n. 1, p. 141-146., 2013

GILL, Stephen; LAW, David. Hegemonia global e o poder estrutural do capital. GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Selection from the Prison Notebooks**. Traduzido por Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith. Nova York: International Publishers, 1971.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 23ª edição, 2012.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2ª edição, 2005.

HAYEK, Friederich. **Direito, Legislação e Liberdade**. Goiânia: Visão, vol. 3, 1985.

HAYEK, Frederick. **Individualism and economic order**. Chicago: University Of Chicago, 3ª edição, 1958.

HERBST, Kharen; DUARTE, Franciso. A nova regulação do sistema financeiro face à crise econômica mundial de 2008. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba vol.4, n. 2, p.16-38, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/6005>. Acesso em: 24 de jul. de 2019.

HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

IANONI, Marcus. Interesses financeiros e captura do Estado no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 37, nº 2 (147), pp. 324-342, abril-junho 2017.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política de São Paulo**, São Paulo, vol. 31, n. 2, p. 238-248, abril-junho, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572011000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 de jul. de 2019.

KRISTOL, Irving. **Neoconservatism**. Nova York: The Free Press, 1995.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAYNE, Christopher. This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana. **International Studies Quarterly**, Oxford, vol. 56, Issue 1, p. 203–213, mar. 2012.

LEITE, Leonardo de Magalhães. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 2 (51), p. 507-534, ago. 2014.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: UNICAMP, 2011.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 7ª edição, 2007.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**. FEA-USP, São Paulo, vol. 1, nº 3, 2º sem. 1996. Disponível em:
https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34607124/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1558542695&Signature=UMC4JjkhECDTZNWEHiNtrI8Wuck%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DPESQUISA_QUALITATIVA_CHARACTERISTICA_S_USO.pdf. Acesso em: 20 de mai. de 2019.

NOVELLI, José Marcos Nayme. **Instituições, políticas e ideias econômicas: o caso do Banco Central do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2001

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Traduzido por Reginaldo Sant'Anna. Livro I, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 20ª edição, 2005.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **As teorias das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MIGUEZ, Thiago. Bens de Capital. PUGA, Fernando; CASTRO, Lavinia Barros de. (Org.). **Visão 2035: Brasil, País Desenvolvido: agendas setoriais para alcance da Meta**. Rio de Janeiro: BNDES, 2018. Disponível em:
https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16040/3/PRLiv214078_Visao_2035_compl_P.pdf. Acesso em: 28 de ago. de 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **A declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 13 de ago. de 2019.

PANSARDI, Marcos Vinicius. Estado, Classes Sociais e Globalização: ruptura ou continuidade?. *In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX-ENGELS*. IFCH-UNICAMP, Campinas, 2007. **Anais V Colóquio, Comunicações, GT4, Sessão 1**. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao1/Marcos_Pansardi.pdf. Acesso em 14 de abr. de 2019.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e Individualismo. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, p. 115-127, dez. 1999.

PAULANI, Leda Maria. O Projeto Neoliberal para a Sociedade Brasileira: Sua Dinâmica e Seus Impasses. *In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007, p. 67- 107.

PLANALTO. **Lei Nº 9.491, de 9 de Setembro de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm. Acesso em 24 de set. de 2019.

PLANALTO. **Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 13 de ago. de 2019.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 18ª edição, 2012.

PRADO, Antonio. O desenvolvimento na América Latina depois da crise financeira de 2008. **Revista Tempo do Mundo**, IPEA, Brasília, vol. 3, n. 3, p.10-26, dez. 2011. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6117/1/RTM_v3_n3.pdf. Acesso em 24 de jul. de 2019.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica: A lógica dos jogos de dois níveis. Tradução por Dalton L. G. Guimarães, Feliciano de Sá Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 18, nº 36, p. 147-174, jun. 2010.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Neoliberalismo: Notas sobre Geopolítica e Ideologia – Uma breve análise sobre a obra “O Neoliberalismo: História e Implicações”, de David Harvey. **Revista Tamoios**, UERJ, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 2, 2009.

RODRIGUES, Rafael Lugli. Os (Des)Caminhos do Governo Itamar Franco. XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, outubro/2014, Campo Mourão. **Anais Simpósio, ST26, Pesquisas de Iniciação Científica**. Disponível em: <http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/383.pdf>. Acesso em: 20 de mai. de 2019.

ROY, Arundhati. **Power Politics**. Massachusetts: South End Press, 2001.

SANTOS, Maria Helena de Castro. A nova missão das forças armadas Latino-Americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, nº 54, fev. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a07v1954.pdf> Acesso em: 21 de mai. de 2019.

SANTOS, Theotônio dos. A América Latina na Encruzilhada. **Revista Brasileira de Administração Política**, UFBA, vol. 6, nº 2, p. 15-62, 2016.

SENADO FEDERAL. **Superávit primário**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit>. Acesso em 19 de set. de 2019.

SILVA, André Luiz Reis da. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica: A política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Tese do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, maio, 2016.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, Rodolfo Gabriel de. **Crise e retomada da indústria de defesa**. Orientador: Rafael Balardim, 2018, 103 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Relações Internacionais) – Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Santana do Livramento, 2018. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br:8080/jspui/handle/riu/3772>. Acesso em: 01 de mar. de 2019.

STANEAK, Oleg. Território e função: nas fronteiras da utopia. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, vol. 10, n. 3, p. 181-195, set-dez. 2005.

VALOR ECONÔMICO. **Inflação**. Disponível em: <https://www.valor.com.br/valor-data/tabela/5800/inflacao>. Acesso em: 04 de set. de 2019.

VIZENTINI, Paulo. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, vol. 5, nº 2, p. 381-397, jun-dez. 2005. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *In*: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado das eleições 1994 – Brasil**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/brasil/resultados-das-eleicoes-1994-brasil>. Acesso em: 04 de set. de 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Tradução por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.